

**ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE**  
**ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2024**

Aos dezanove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro pelas nove horas e trinta e cinco minutos, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 3.ª sessão ordinária. A senhora deputada municipal Rita Belo Santos exerceu as funções de presidente da Assembleia Municipal, em substituição do senhor deputado Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha e foi secretariada pelas senhoras secretárias municipais: Catarina Maria Baptista Gonçalves e Carla Alexandra Cardoso Monteiro.

**A – PERÍODO DE ABERTURA**

A senhora presidente da Mesa em exercício Rita Belo Santos procedeu à leitura da seguinte mensagem enviada pelo senhor presidente da Assembleia Municipal Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha que se encontrava ausente por motivos inadiáveis:

*«Senhoras e senhores deputados municipais, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, munícipes.*

*Quero por meu dever informar esta Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária no dia 19 de junho de 2024, que a minha ausência e impedimento se deve a motivos e razões pessoais e familiares inadiáveis que me obrigam a estar ausente da região.*

*O nosso regimento determina que, na ausência ou impedimento do presidente da Mesa da Assembleia, o mesmo é substituído pela 1.ª secretária da Mesa que, à data, se encontra em situação de incapacidade temporária, por isso assume a presidência desta sessão a 2.ª secretária da Mesa, deputada municipal Rita Santos que será acompanhada pelas senhoras ou senhores deputados municipais que vierem a ser propostos pela bancada do Partido Socialista.*

*Quero desejar a todas e a todos uma boa sessão da nossa Assembleia Municipal e que a mesma decorra de acordo com o regimento e a Ordem de Trabalhos.*

*Agradeço a vossa compreensão, desejo um bom trabalho e umas boas festas Sanjoaninas.*

*Lisboa, 17 de junho de 2024.*

*Domingos Cunha.»*

A senhora presidente da Mesa em exercício Rita Belo Santos procedeu à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:

**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA:**

Ana Margarida Leonardo Silva Fortuna • Carla Alexandra Cardoso Monteiro • Catarina Maria Baptista Gonçalves • Cidália de Lurdes Correia Parreira • Cláudia Alexandra Coelho Cardoso • Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço • João Carlos Amador Lopes Mateus • João Carlos

De Castro Tavares • João Manuel Machado Enes • João Paulo da Costa Moniz • José Luís Ferreira Parreira • José Miguel de Freitas Toste • Lisete Fernandes de Oliveira • Marcelo Leal Pamplona • Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira • Marília Margarida Enes Garcia de Vargas • Paulo Alexandre Ávila Fagundes • Paulo Jorge Pimentel da Silva • Rita Belo Santos • Rogério Paulo Nogueira e Sousa • Valdeci Purim.

**GRUPO MUNICIPAL DA COLIGAÇÃO (PPD/PSD – CDS-PP – PPM):**

Alberto Gonçalves de Melo • Bruno Miguel Ferreira Fagundes • Carlos Henrique da Costa Neves • César Alexandre Pacheco Medeiros • Cesário Alberto Ferreira Pamplona • Guilherme Carlos da Rocha Bizarro • João Alexandre de Sousa Barata Feio de Oliveira • Luís Carlos Cota Soares • Luís Manuel Mendes Leal • Luís Miguel Melo Machado • Luísa da Costa Barcelos • Magda Patrícia Ferreira de Ávila • Maria Cecília Narciso Vieira Sousa Costa • Mário José Martins Cardoso • Michéle Soveta Aguiar • Nuno Alberto Lopes Melo Alves • Séfora Veríssimo Costa • Sónia de Fátima Pereira Lourenço Pimentel.

**CÂMARA MUNICIPAL:**

**Presidente:** José Gabriel Álamo de Meneses.

**Vereadores:** Brites Baldaia do Rego Botelho Mendonça Cunha • Fátima da Conceição Lobão Santos da Silveira Amorim • Guido de Luna da Silva Teles • Paulo Alexandre Silva Lima • Sandra Maria de Sousa Garcia.

*A senhora deputada municipal Marília Vargas, líder da bancada do Partido Socialista, solicitou às senhoras deputadas municipais Catarina Maria Baptista Gonçalves e Carla Alexandra Cardoso Monteiro para assumirem, respetivamente, os lugares de 1.ª e 2.ª secretárias da Mesa.*

*Posta à discussão e votação sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da 2.ª sessão ordinária do dia 24 de abril de 2024 foi aprovada por unanimidade.*

*A senhora presidente da Mesa procedeu à leitura do expediente.*

- Um ofício enviado pela Diocese de Angra a agradecer o Voto de Congratulação pelos cinquenta anos de sacerdócio do Cônego Francisco Dolores que fora aprovado na sessão anterior da Assembleia Municipal.
- A Mesa tomou também conhecimento do Voto de Congratulação apresentado na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores relativo aos 150 anos da Sociedade Filarmónica Recreio Serretense.
- Uma resposta da senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas relativamente ao Voto de Protesto pelas declarações da senhora Secretária a respeito do Festival Folk Azores que fora aprovado na sessão anterior da Assembleia Municipal:

*«Na sequência do vosso ofício relativo a um Voto de Protesto apresentado na sessão de 24 de abril de 2024 da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, encarrega-me a senhora Secretária do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas de informar o seguinte:*

*As afirmações da senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas tiveram apenas a intenção de demonstrar a incoerência da intervenção da senhora deputada Andreia Cardoso que, por um lado, defendia a necessidade de combater a sazonalidade na ilha Terceira e ao mesmo tempo responsabilizava o Governo dos Açores pela indisponibilidade de lugares nos aviões e pelas elevadas tarifas aéreas em agosto, pico da época alta, impedindo vários grupos de participarem no Folk Azores.*

*Transcreve-se abaixo o Diário da Sessão Plenária de 11 de abril de 2024 que demonstra a incoerência da senhora deputada Andreia Cardoso quando, na mesma intervenção, defende a necessidade de combater a sazonalidade e de, simultaneamente, potenciar o aumento da afluência turística no pico da época alta:*

*“Analisando aquilo que são os dados recentes a propósito do turismo na ilha Terceira, entendemos que é fundamental estabelecer e definir um plano de combate à sazonalidade na ilha Terceira. Vou dar dois exemplos a propósito da ilha Terceira, mas de eventos de cariz regional e até nacional e internacional. Um deles é o Folk Azores que se debate com graves problemas nas acessibilidades à ilha Terceira no mês de agosto.”*

*Em face destas afirmações, a senhora Secretária Regional pretendeu transmitir à senhora deputada Andreia Cardoso a contradição dos seus próprios argumentos, demonstrando que a mesma perdeu uma boa oportunidade na sua intervenção, de dar um contributo para o combate à sazonalidade.*

*Na prática da intervenção da doutora deputada Andreia Cardoso não surgiu nenhuma proposta ou medida construtiva, ficando apenas claro que a mesma não conseguiu estabelecer o que é prioritário para a ilha Terceira: o combate à sazonalidade ou o aumento da afluência turística no pico da época alta.*

*Em nenhum momento da sua intervenção, a senhora Secretária Regional fez qualquer referência ao mérito ou ao prestígio do Folk Azores, antes pelo contrário, o desafio retórico da senhora Secretária Regional pretendeu mesmo mostrar que, nem o combate à sazonalidade, nem as alterações estruturais ao produto, à oferta turística ou aos eventos, se fazem por decreto de forma leviana e simplista.*

*A senhora Secretária reconhece a importância do Folk Azores para a dinamização turística e cultural da ilha Terceira e sublinha a sua qualidade organizativa e performativa, recordando que este evento tem contado com o apoio financeiro anual da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas através da Direção Regional do Turismo.*

*Face ao exposto, vimos respeitosamente manifestar junto de Vossa Excelência a nossa discordância relativamente ao Voto de Protesto apresentado, votado e aprovado, sem deixar de lamentar profundamente a propositada e infeliz descontextualização por parte do grupo*

*municipal do Partido Socialista, das afirmações da senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.*

*Os melhores cumprimentos.*

*A chefe de gabinete.»*

## **B – PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**Município Ana Paula Alves** – Muito bom dia. O assunto que me traz aqui é o terminal de passageiros do Bailão que não tem condições adequadas de abrigo. O único abrigo que ali existe é o espaço do café mas não me sinto bem abrigando-me ali sem consumir. Em dias de chuva e vento ficamos completamente molhados enquanto esperamos pelo transporte, mesmo que utilizemos os banquinhos do centro do recinto.

No início daquele complexo existe uma infraestrutura que, segundo foi anunciado, deveria estar aberta para a venda de bilhetes e prestação de informações aos passageiros, que se veem obrigados a deslocar-se lá acima à EVT para comprarem os bilhetes.

Gostaria de sugerir que, pelo menos nos dias de mais chuva e vento, em vez de entrarem no Bailão, os autocarros continuassem na avenida e virassem à direita para a Rua Gonçalo Velho Cabral. Os passageiros que se deslocam à cidade poderiam apelar-se ali porque, como todos sabem, o Bailão é bastante ventoso e inóspito para quem tem que se deslocar todos os dias para o seu trabalho.

Gostaria de voltar a falar de um outro assunto que já referi aqui antes e tem a ver com a paragem dos autocarros do hospital de Angra que também não abriga ninguém. Aquela zona é muito ventosa e chuvosa e são muitas as pessoas que se deslocam ao hospital de autocarro, incluindo mães com crianças ao colo, idosos e pessoas com dificuldades de mobilidade.

Já expus aqui este problema e o senhor presidente da Câmara disse que a responsabilidade daquela paragem era da firma que construiu o hospital. Pergunto qual é essa firma e se existe uma entidade que possa chamá-la à razão para construir ali um espaço que abrigue condignamente as pessoas. Gostaria que me dissessem a quem me posso dirigir para tentar resolver este problema ou terei que voltar sempre a esta Assembleia até saber como o vão resolver. Muito obrigada pelo vosso tempo e um bom dia para todos.

**Sr. presidente da Câmara** – Muito bom dia senhora presidente e senhoras membros da Mesa, senhor vice-presidente e senhores vereadores, senhoras e senhores membros da Assembleia.

Começando pela primeira questão, o teto do terminal de pouco serve para a chuva que vem na horizontal. O edifício tem uma sala de espera fechada que se será gerida pela empresa concessionária que, como sabem, está neste momento num processo de transição. Na sequência do concurso de concessão do sistema de transportes coletivos que será aberto nos próximos meses, segundo o anúncio do Governo Regional, esperemos que o respetivo concessionário proceda à abertura desse espaço que lhe está destinado. Para o bem do

trânsito e do bom funcionamento da cidade, creio que o atual percurso dos autocarros é o melhor.

Na sequência de várias *démarches* feitas pela Câmara, foi possível chegar a um bom entendimento com a HAÇOR, a empresa responsável pela manutenção do edifício do hospital e em breve será iniciada a montagem de uma nova estrutura de abrigo com 3,15 metros de largura, fechada e devidamente orientada em relação aos ventos dominantes no local. O abrigo já foi construído por uma empresa metalúrgica e aguarda-se agora a disponibilidade do empreiteiro para proceder à sua montagem.

### **C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**Sra. d. m. Michéle Aguiar** – Bom dia senhora presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Infelizmente a senhora Ana Paula Alves já saiu. Na qualidade de vogal do conselho de administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, gostaria de informá-la que essa questão foi levantada e transmitida por mim nas reuniões que temos regularmente com a empresa HAÇOR. Caso a senhora Ana Paula entenda que a situação não fique resolvida em tempo útil, poderá dirigir-se à secretaria do hospital e reportar por escrito ou através dos contactos que estão disponíveis no *site* do hospital.

Aproveitando este período de Antes da Ordem do Dia gostaria de chamar a atenção para um pormenor. O ano passado pelas Sanjoaninas, o veículo da Proteção Civil Municipal ficou estacionado em frente ao portão do Colégio de São Gonçalo, causando alguns constrangimentos à saída das viaturas daquela instituição e obrigando-as a fazerem múltiplas manobras. Estacionando este ano a viatura uns metros mais atrás ou mais adiante fará toda a diferença.

**Sr. presidente da Câmara** – Agradeço este esclarecimento da senhora deputada em relação ao abrigo dos passageiros do hospital.

Quanto ao estacionamento dos veículos de socorro, realmente há um conjunto de espaços pré definidos; tanto quanto sabemos, esse local não é um deles, mas vamos certificar-nos que não fiquem a bloquear o que quer que seja.

**Sr. d. m. Carlos Costa Neves** – Cumprimento a senhora presidente e as senhoras secretárias da Mesa, o senhor presidente da Câmara, as senhoras e os senhores vereadores, os caros colegas deputados municipais.

Não faz sentido que apenas o senhor presidente da Câmara possa responder às intervenções dos cidadãos nesta Assembleia e as bancadas parlamentares não possam usar da palavra. Por acaso sou um dos encarregados de fazer a revisão do regimento, que a senhora presidente da Mesa está a fazer cumprir e muito bem, mas existe aqui uma enorme contradição. Aprecio que os cidadãos venham aqui expor as suas situações e não faz qualquer

sentido que os membros da Assembleia Municipal não possam intervir, quando são eles que justificam estas reuniões.

Posta esta situação, decorreu muito recentemente no concelho de Angra do Heroísmo um exercício de proteção civil devido a uma crise sísmica que se mantém desde há dois anos e muito tem preocupado os cidadãos, principalmente os que habitam naquela parte da ilha Terceira desde São Mateus e São Bartolomeu até ao Raminho e Altares. Tendo o senhor presidente da Câmara, responsabilidades diretas em questões de proteção civil, peço-lhe que nos informe acerca da forma como decorreu o exercício «Touro» e complementemente com algumas informações sobre a própria crise sísmica, que serão naturalmente muito bem-vindas.

**Sr. presidente da Câmara** – Planeava abordar esta questão na apresentação da atividade municipal, mas tenho todo o gosto em fazê-lo agora; contudo, começo por manifestar a minha concordância com o senhor deputado Carlos Costa Neves a respeito do nosso regimento que está a merecer uma atualização. Não faz sentido que alguém venha à Assembleia Municipal expor os seus problemas e apenas o presidente da Câmara possa responder, porque assim os cidadãos poderiam falar pessoalmente comigo no meu gabinete. O senhor deputado tem toda a razão e esperemos que a Assembleia tome as necessárias medidas.

O exercício «Touro» decorreu na ilha Terceira, abrangendo o território dos dois concelhos e esteve associado a um outro exercício de natureza militar que ocorreu em coordenação, duas atividades de grande relevância nacional.

O exercício «Touro» acontece todos os anos e é da responsabilidade do Serviço Regional de Proteção Civil; vai rodando pelas ilhas e não foi especificamente desenhado em função da crise sísmica que temos estado a viver na ilha Terceira.

O exercício «Açor» é da responsabilidade do Comando Operacional dos Açores e tem também um caráter rotativo. Os dois exercícios aconteceram de forma coordenada para permitirem um maior empenhamento de forças militares e a operacionalização da relação entre a Proteção Civil Municipal e a que é feita pelos militares.

O exercício foi muito exigente e complexo, baseando-se num cenário bem desenhado e muito realista com muitos eventos a acontecerem em simultâneo, o que exigiu uma mobilização de todos os recursos disponíveis. Os resultados foram muito positivos no que diz respeito ao empenho de forças sob o controlo da Proteção Civil Militar e quero destacar o excelente trabalho dos bombeiros que conseguiram mobilizar sessenta pessoas com grande rapidez e eficácia, o que é notável. A nossa associação de bombeiros deu provas de uma grande capacidade técnica e de gestão no território. Foi demonstrado que temos um bom e funcional corpo de bombeiros que excedeu todas as expectativas, quer no número de pessoas que mobilizaram, quer na rapidez, na eficácia e na capacidade técnica que foi demonstrada numa grande diversidade de eventos que exigiam a aplicação de técnicas diferentes.

Uma outra entidade que demonstrou uma capacidade bastante acima do esperado foi a delegação da Cruz Vermelha Portuguesa na ilha Terceira que adquiriu novos equipamentos com uma participação muito substancial do município, tendo alguns sido deslocados para apoio em Ponta Delgada. A Cruz Vermelha está bem equipada, demonstrou grande rapidez e capacidade na montagem de uma zona de acolhimento de pessoas num pavilhão de Santa Bárbara e também na mobilização e instalação de um posto de apoio médico. Estas duas entidades destacaram-se claramente pela sua capacidade de mobilização.

Tivemos também uma excelente colaboração com a Polícia de Segurança Pública e com a Guarda Nacional Republicana que, no âmbito das suas competências, demonstraram grande agilidade e uma excelente relação com o controlo da Proteção Civil Municipal, permitindo uma mobilização rápida e eficaz de meios por todo o concelho.

Um outro aspeto positivo foi o facto de utilizarmos pela primeira vez em pleno a rede de comunicações do município. Conseguimos uma comunicação perfeita em todo o território com a exceção de um pequeno troço de estrada ali na zona entre as Doze Ribeiras e a Serreta onde existe uma «sombra» que está a ser corrigida. A situação foi resolvida com a montagem de um retransmissor móvel no Pico da Serreta que permitiu cobrir provisoriamente aquela zona.

Temos um retransmissor na Serra Branca na ilha Graciosa destinado a cobrir aquela zona mas as coisas não correram bem devido a um problema de interferência com outro retransmissor da rede municipal situado na Serra de Santa Bárbara; a meio do processo fomos obrigados a desligar o retransmissor da Graciosa e a substituí-lo pelo referido retransmissor que foi instalado no Pico da Serreta. Neste momento estão a decorrer trabalhos técnicos no sentido de determinar as causas deste problema.

Espero que possamos ter, a breve trecho, a rede municipal de rádio a funcionar em pleno, permitindo a cobertura integral da Terceira, da Graciosa e uma boa parte de São Jorge, além do mar entre estas ilhas. Para além do valor para a própria Proteção Civil Municipal, esta rede é também muito importante para os nossos parceiros em termos de operações de socorro e outras atividades. Fica à disposição sempre que necessária para qualquer efeito.

Neste exercício foi também utilizado pela primeira vez o novo emissor que foi instalado no Pico Matias Simão nos Altares que permite cobrir com grande qualidade e fiabilidade, toda a costa norte da ilha Terceira desde a Praia da Vitória até à Ponta da Serreta.

Embora não tenha a ver com o exercício, aproveito para anunciar que foi finalmente possível chegar a um entendimento com um proprietário da ilha do Pico e nos próximos dias faremos a escritura de aquisição para o património municipal, resolvendo assim uma questão antiga.

Ficámos muito melhor do ponto de vista das comunicações, tendo-se inclusivamente resolvido uma questão antiga, a «sombra» das ruas mais estreitas da cidade que foi eliminada com a colocação de um retransmissor no Monte Brasil. Temos cobertura perfeita em toda a ilha, exceto numa zona de cerca de dois quilómetros na transição entre a Serreta e as Doze

Ribeiras, uma situação que ficará resolvida em breve. Foram também eliminadas várias «sombras» que existiam no interior da ilha.

Um outro aspeto de ressaltar que foi exercitado foi a relação entre o Serviço Municipal de Proteção Civil e os diversos detentores de maquinaria, como os empreiteiros e outras entidades que possuem capacidade de transporte pesado e maquinaria capaz de remover destroços. Conseguimos mobilizar essa maquinaria em cerca de quarenta minutos sem pré-aviso, o que é muito bom. A nossa relação com os empreiteiros está bem oleada e as coisas estão a correr bastante bem. Posso dizer que, neste momento, temos um Serviço Municipal de Proteção Civil com uma capacidade apreciável de coordenação e movimentação de equipamentos alugados.

No decurso do exercício detetou-se um problema, já que uma parte consistia numa simulação em que a rede de comunicações móveis estivesse saturada ou fora de serviço. Na hipótese da ocorrência de um sismo violento ou qualquer outra situação, toda a gente vai pegar no telefone ao mesmo tempo, acabando por saturar a rede, deixando essa forma de comunicação severamente limitada.

Fez-se um primeiro ensaio de atribuição de rádios a alguns presidentes de juntas de freguesia, que correu razoavelmente bem. Foram adquiridos mais 29 rádios, dezanove dos quais se destinam a ficar permanentemente na posse dos presidentes de juntas de freguesia. Assim e em caso de catástrofe em que não possamos usar a rede normal de comunicações, temos sempre a possibilidade de comunicar com as freguesias por essa via.

Quero manifestar também o meu apreço às juntas de freguesia que participaram no exercício e à sua excelente capacidade de mobilização de recursos. A criação dos núcleos locais ainda não está completa, porque não conseguimos adquirir todos os equipamentos necessários e deu-se prioridade à zona oeste da ilha por razões óbvias, mas os presidentes de juntas de freguesia conseguiram mobilizar os respetivos núcleos rapidamente e em força.

A participação das juntas de freguesia foi muito boa com a deteção de apenas alguns problemas relacionados com a comunicação. A certa altura chegámos à conclusão que, se a rede de telemóveis não estivesse a funcionar e tivéssemos que falar com os presidentes de juntas de freguesia, surgiriam alguns problemas, uma situação que vai ser corrigida nas próximas semanas com a atribuição dos rádios e um curso para a sua utilização que será aberto aos membros das juntas de freguesia para que possam utilizar corretamente os equipamentos. Apesar de termos entregado os rádios, as pessoas não estavam habituadas ao seu funcionamento e as coisas não correram exatamente como gostaríamos, uma dificuldade que será corrigida.

Uma outra situação que correu extremamente bem foi a relação com os militares, particularmente com o Regimento de Guarnição N.º 1 que forneceu ao município o transporte de emergência e o apoio humano para diversas atividades.

Por se tratar de um exercício, não tivemos grandes dificuldades, mas quando olhamos para os cenários que foram colocados em cima da mesa, diria que teríamos tido seguramente sérios problemas. Um sismo não acontece apenas numa canada ou numa freguesia, quando



acontecer será numa área territorial muito maior, por isso a dispersão e a coordenação de meios será muito mais difícil do que o facto de inventarmos dois ou três cenários localizados e fáceis de identificar. Há uma gigantesca diferença entre qualquer exercício que se faça e a realidade e num evento a sério não haverá o desempenho que foi obtido num cenário limitado.

Existe um outro problema muito complicado que tem a ver com a mobilidade e a evacuação. Temos muitas paredes de pedras soltas à beira das estradas e basta um sismo de magnitude cinco para que as paredes caiam, criando um obstáculo intransponível enquanto lá não chegar uma máquina capaz de desimpedir a via. A questão da mobilidade no concelho é uma preocupação muito grande porque, de um momento para o outro, poderemos deparar-nos com milhares de paredes caídas e gente ferida isolada por detrás dessas paredes ou outros obstáculos, a precisar de uma evacuação rápida.

Foi também feita a simulação de uma evacuação por helicóptero que será suficiente para duas ou três pessoas mas não resultará para uma evacuação em massa. A questão da acessibilidade é uma grande preocupação e a estrada para o Raminho mantém-se fechada.

Um dos cenários mais prováveis seria uma eventual erupção na zona do Pico Gaspar ali junto à Lagoa do Negro. Se a erupção corresse para o lado sul ficaríamos com as freguesias desde São Bartolomeu para lá, isoladas em relação a Angra. Na eventual necessidade de evacuar duas ou três mil pessoas, que é o somatório da população daquela zona, teríamos que o fazer em direção aos Biscoitos, utilizado o pavilhão da escola como ponto de recolha, mas tal seria impossível dado o estado em que a estrada se encontra.

Por razões de proteção civil, a abertura daquela estrada, nem que seja de forma condicionada, é neste momento uma necessidade absoluta que não se compagina com demoras. Conheço as dificuldades e percebo que as obras não se fazem de um dia para o outro, porque a Câmara também as faz e já ocupei vários cargos governamentais em que se faziam obras, contudo esta é uma situação que coloca em risco as populações daquela zona. Neste cenário, a estrada que vai para o interior da ilha seria a primeira a ser fechada. Se o acesso estiver também interrompido para os lados de Angra, as pessoas têm que sair por ali e não pode ser por aquele caminho alternativo que não tem condições que permitam um fluxo imediato de milhares de pessoas.

Este cenário deixou-me muito preocupado porque não temos uma resposta adequada. Fez-se uma simulação para retirar pessoas pelo porto das Cinco Ribeiras, mas apenas seria possível uma pequena quantidade e por um período muito longo. Poderíamos retirar por ali uma dúzia de pessoas e alguns feridos mas a movimentação de milhares seria impensável.

O fecho da Estrada Regional entre o Raminho e a Serreta é neste momento uma grande preocupação de todos os participantes no processo. A Proteção Civil Regional também estava presente, por isso o Governo Regional está devidamente informado da situação e aquela estrada precisa de ser aberta urgentemente.

Quando aconteceu o sismo de 1980 foi possível resolver o assunto em poucos meses com meios bem piores dos que existem atualmente. Não foi uma solução definitiva mas durou

mais de quarenta anos e o trabalho que na altura foi feito pelo senhor engenheiro Marcelo Bettencourt precisa de ser repetido.

Precisamos daquela estrada disponível, mesmo bloqueada, mas de maneira que a possamos abrir e utilizar como passagem de emergência. No limite, poderíamos remover as pedras com equipamentos de emergência, mas seria uma operação difícil que demoraria algum tempo e o objetivo é passar ali de forma rápida.

Uma outra questão que precisamos de melhorar é a nossa capacidade de acolhimento de emergência. Montou-se uma excelente zona no pavilhão da escola de Santa Bárbara mas precisamos de mais capacidade e temos que resolver alguns problemas existentes no quartel dos bombeiros dos Altares. Juntamente com a direção da associação estamos a tentar criar uma zona de acolhimento nos pisos superiores do edifício que se mantenha preparada.

Dado que existem muitas zonas de «sombra» nas suas comunicações, se calhar uma das soluções seria permitir aos Bombeiros a utilização da rede de comunicações municipal que não tem «sombras».

Há um conjunto de questões que foram levantadas pelo exercício «Touro», que serve também para identificarmos o que estiver menos bem. Estamos a tomar as devidas ações no sentido de corrigir, sendo que a primeira situação e talvez a mais urgente, é a melhoria da comunicação com as juntas de freguesia, um assunto que contamos ter resolvido nas próximas semanas com a distribuição de equipamentos permanentes aos senhores presidentes de junta, que terão que manter os rádios com a bateria carregada para que possamos comunicar de forma direta e rápida numa situação de emergência. Alguns senhores presidentes de junta já fizeram a experiência neste exercício com resultados razoáveis, mas foi o que se conseguiu, por isso todos temos que fazer uma aprendizagem para uma utilização adequada desses equipamentos.

Para terminar, lembro que o exercício decorreu bem de uma forma global e foi uma experiência positiva para todos. Quero mais uma vez dar os parabéns aos Bombeiros, à Cruz Vermelha, à Polícia de Segurança Pública, à Guarda Nacional Republicana e ao Regimento de Guarnição N.º 1 pelo excelente trabalho prestado e pela capacidade de colaboração. Uma palavra de apreço também para os senhores presidentes de juntas de freguesia que mobilizaram as suas unidades locais de proteção civil.

Quanto às preocupações, a mobilidade está no topo da lista, daí a importância de manter as estradas desimpedidas. Se precisarmos de transportar feridos de forma urgente e rápida precisamos das estradas em condições de uso. Apesar de toda a maquinaria existente, será com certeza uma operação complexa e delicada e as questões de evacuação ficaram de tal forma indefinidas que o município sugeriu à Proteção Civil Regional que se faça um exercício de evacuação de uma freguesia para podermos testar algumas técnicas e calcular os tempos. Esse exercício está a ser preparado para este verão, decerto será muito complicado e vai exigir muita paciência da parte das pessoas porque vamos pedir-lhes que saiam das suas casas e se desloquem para outro lugar durante cerca de uma ou duas horas para que possamos ver como as coisas funcionam na vida real. No papel parece bem mas a realidade é

bastante mais pesada, especialmente quando há muitas pessoas acamadas, outras com dificuldades de locomoção e outras ainda com capacidade mental reduzida, por isso uma operação destas não será nada fácil em freguesias tão envelhecidas como as daquela zona da ilha.

**Sr. d. m. Luís Soares** – Cumprimento a senhora presidente e a restante Mesa, o senhor presidente da Câmara e os senhores vereadores, as senhoras e senhores deputados municipais e os colegas presidentes de juntas de freguesia.

Esta questão é muito importante e todos temos memória do que aconteceu no continente português em que morreram muitas pessoas num incêndio por falha nas comunicações. A comunicação rápida, eficaz, imediata, clara, precisa e concisa é tão ou mais importante como a efetiva prestação de auxílio, que acontece muitas vezes justamente por ter havido comunicação.

Sei que há redes que são fechadas. Não vai há muitos anos que a rede da PSP funcionava entre as forças de segurança mas não permitia a comunicação com outras redes. Percebo que, nos postos de comando, esteja sempre alguém das forças de segurança que depois passa a informação, mas parece-me que seria mais eficaz se o elemento que se encontra no terreno fosse percebendo o que está a acontecer através das comunicações que vão girando, podendo ele próprio iniciar um movimento de prestação de auxílio sem esperar pela ordem direta que sabe que vai receber.

As zonas de «sombra» são de facto um problema. Congratulando-me com a implementação desta rede de comunicações, pergunto ao senhor presidente da Câmara se é possível à PSP e à GNR entrarem na rede municipal de comunicações ou se a comunicação é feita por quem a coordena no posto de comando.

**Sr. presidente da Câmara** – Esta pergunta é extremamente importante. Na minha intervenção fiz referência aos Bombeiros, com quem temos uma relação mais direta, mas a rede municipal de comunicações é também fechada, ou seja, a transmissão é digital, está codificada e restrita aos recetores registados nessa rede e o mesmo acontece em relação a todas as outras redes. Não há comunicação aberta entre redes mas existe uma técnica chamada «*patch*» em que é possível fazer o curto-circuito entre redes, uma decisão que terá que partir da entidade respetiva.

Neste momento a rede municipal é exclusiva da Câmara, em breve também dos senhores presidentes de juntas de freguesia e eventualmente dos Bombeiros, que estão a utilizar a rede da Proteção Civil Regional que se revelou claramente cheia de buracos e insuficiente em algumas zonas. Já manifestámos essa disponibilidade em relação aos Bombeiros, que terão que acertar com a Proteção Civil Regional, porque estas coisas têm as suas regras e o assunto tem também que passar pelo escrutínio da ANACOM.

O que lhe posso dizer é que há toda a disponibilidade da parte do município, até porque a nossa rede não é operada 99,9 % do tempo e ainda bem que assim é. Se alguém precisar de

a utilizar, não nos trará quaisquer problemas ou custos, é apenas uma questão de decisão e de regulamentação. Estaremos disponíveis caso haja interesse da parte de outras entidades.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves** – Muito bom dia senhora presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores membros da Assembleia Municipal.

Partilhamos a nossa preocupação relativamente aos pontos negativos que foram aqui identificados como sendo lacunas ou problemas no decorrer do exercício, que serve justamente para podermos identificar e resolver estas situações em tempo útil, e manifestamos toda a disponibilidade na busca de soluções para as situações que foram aqui levantadas.

Após o sismo de 1980 houve um conjunto de medidas que foram implementadas pelo Governo Regional relativamente à urbanização e as autarquias tiraram também lições quanto aos muros, aos espaços de circulação e ao estacionamento nas vias. Como este exercício acabou por demonstrar, a prevenção é muito útil para a criação de soluções de emergência.

**Sra. d. m. Luísa Barcelos** – Muito bom dia senhora presidente em exercício e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados.

Parece-me clara e unânime a preocupação de toda esta Assembleia relativamente à crise sísmica que estamos a vivenciar. Considerando a questão que foi levantada pelo líder desta bancada e os fundamentos e esclarecimentos aqui prestados pelo senhor presidente da Câmara Municipal, se a senhora presidente da Mesa o permitir e a bancada do Partido Socialista concordar, propomos a introdução na Ordem de Trabalhos de uma proposta por iniciativa própria sobre a necessidade urgente de requalificação do troço da Estrada Regional que se encontra encerrado em Angra do Heroísmo

**Sra. presidente da Mesa** – Lembro a senhora deputada que estas questões devem ser apresentadas antes do início da sessão; no entanto, dada seriedade e importância do assunto, a Mesa não põe qualquer objeção e vamos colocá-lo à consideração da bancada do Partido Socialista.

**Sr. d. m. José Toste** – Bom dia senhora presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e membros do executivo, senhores membros da Assembleia Municipal.

Tendo em consideração a importância deste assunto para a coesão entre todas as freguesias do concelho, o grupo municipal do Partido Socialista naturalmente nada tem a opor à sua inclusão como ponto na Ordem de Trabalhos com vista à discussão da eventual abertura da Estrada Regional. Entendemos que devem também ser discutidas as questões das vias alternativas, uma vez que estão diretamente correlacionadas com aquele troço principal.

É importante que façamos aqui um bom debate sobre o acesso rodoviário entre as freguesias do Raminho e da Serreta e outras que são também afetadas, designadamente: os Biscoitos, os Altares, Santa Bárbara e as Doze Ribeiras. Esta questão deve ser discutida nesta

sessão da Assembleia Municipal, uma vez que nos últimos dias têm vindo a público algumas notícias nada favoráveis aos interesses do município de Angra do Heroísmo.

**Sr. d. m. Carlos Costa Neves** – O referido ponto a incluir na Ordem de Trabalhos poderá ser o seguinte: «Pronúncia por iniciativa própria sobre a urgência da requalificação de troço de Estrada Regional no concelho de Angra do Heroísmo.» Temos um esboço de um texto que poderemos redigir até à altura da discussão do Ponto 2.10 e peço à senhora presidente da Mesa que autorize a respetiva distribuição.

Entendemos que esta proposta não deve ser da iniciativa de nenhum grupo municipal em especial, mas sim uma manifestação unânime da parte da Assembleia Municipal. Poderá ser necessário um acerto de redação e peço desculpa pelo facto de este assunto ter sido suscitado tão em cima da hora.

Embora tivéssemos conhecimento dos incómodos para a população daquela ponta da ilha, da não utilização daquele troço da Estrada Regional, ficámos com maior consciência da emergência do assunto em termos de proteção civil depois do exercício e da comunicação feita pelo senhor presidente da Câmara na reunião de Conferência de Líderes de preparação para esta sessão da Assembleia Municipal. Dada a possibilidade da sua inclusão na nossa Ordem de Trabalhos, parece-me oportuno debater esta questão que é de extrema importância.

**Sra. presidente da Mesa** – Vamos aceitar a inclusão deste ponto na Ordem de Trabalhos por se tratar de um assunto de extrema importância e urgência para todos os angrenses, mas reforço que as propostas devem dar entrada até ao início das sessões da Assembleia Municipal. Posto isto, informo o senhor deputado Carlos Costa Neves que pode proceder à distribuição do documento à Mesa e às bancadas municipais e o mesmo será incluído na Ordem de Trabalhos com o número 2.11 a seguir aos dois pontos que nos chegaram durante a semana.

**Sr. d. m. Carlos Costa Neves** – Costuma dizer-se que, por cada jurista há uma opinião, cinco juristas têm cinco opiniões diferentes e resta saber se o Período de Antes da Ordem do Dia já é sessão. Lembro que na reunião de Conferência de Líderes se admitiu que a próxima reunião da Assembleia pudesse ocorrer no dia 20 de setembro mas temos agendado o Congresso do PSD Açores para os dias 20, 21 e 22 desse mês, por isso peço à senhora presidente que tente reagendar a data da próxima reunião.

**Sra. presidente da Mesa** – Muito obrigada pela sua informação. Assim sendo, tentaremos agendar a 4.<sup>a</sup> sessão da Assembleia para outra data.

**Sr. d. m. José Toste** – Depois da magna questão que foi aqui trazida, todas as outras vão parecer de somenos importância; não obstante, importa referi-las porque estamos em vésperas das Sanjoaninas, um momento alto da nossa vida municipal, e há questões relacionadas com o acesso ao município que foram já debatidas em festas anteriores.

Nunca é demais lembrar o encerramento *sine die* da Pousada da Juventude na freguesia de São Mateus, uma valência que acolheu, durante muitos anos, diversos grupos que se deslocaram à ilha Terceira por altura das Sanjoaninas.

Recordo uma vez mais o saudoso deputado Luís Rendeiro, que fazia votos de protesto nesta Assembleia sempre que aquela pousada encerrava, nem que fosse apenas por uma semana. Também nós não podemos deixar de protestar pelo encerramento desta infraestrutura que se encontra num estado avançado de degradação sem poder servir os propósitos para os quais foi criada.

Uma outra questão prende-se com o Porto das Pipas que foi tema de debate na última sessão desta Assembleia devido à acostagem de navios cruzeiro. Na altura o senhor Luís Soares, presidente da Junta de Freguesia da Feteira, referiu a necessidade da criação das redes elétricas e de água e também a situação da gare marítima. Entretanto acostaram naquele porto, dois ou três navios e ficámos a saber que nada disto impossibilita estas operações, mas não podemos ter uma infraestrutura naquelas condições sem uma rede de águas e elétrica, as questões relacionadas com os resíduos e uma gare marítima adequada. Dirigindo-me ao município, importa saber se, mediante os diálogos mantidos com o Governo Regional, existe alguma previsão para se avançar com estas valências que são essenciais. Os milhões estão investidos no porto, que é a grande obra, mas a infraestrutura encontra-se bastante condicionada.

Uma terceira questão prende-se com o tracejado da Via Vitorino Nemésio que será muito utilizada para o acesso às festas Sanjoaninas por parte dos habitantes do concelho vizinho. Foram já trazidas ao debate público, outras situações mais latas como a limpeza, a iluminação e a necessidade de asfaltamento, mas aquela via não pode continuar com o tracejado naquelas condições com a promessa de que será ali feita uma intervenção de fundo. Ao menos seria bom que os cidadãos deste lado da ilha, ao dirigirem-se às Festas da Praia no início do mês de agosto, o possam já fazer pela via com uma pintura em condições, evitando assim perigos de maior.

Saindo um pouco deste âmbito, deixo uma última nota que foi ontem trazida a lume pelo presidente indigitado do IROA. Temos no município, diversos caminhos agrícolas em avançado estado de degradação que necessitam de reabilitação e beneficiação. Como autarquia, não podemos deixar passar em claro as afirmações do novo presidente do IROA que, acabado de chegar, queixa-se de pressões por parte das autarquias açorianas, que são consideradas pelo próprio como legítimas. Ora, essas autarquias são também a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e todas as juntas de freguesia com assento nesta Assembleia Municipal, que tudo fazem para darem resposta aos seus moradores.

A reabilitação e beneficiação dos caminhos agrícolas é uma competência que vai além das atribuições das autarquias. O grupo municipal do Partido Socialista nesta Assembleia não deixará, em momento algum, de fazer pressão sobre os organismos do Governo Regional que têm a seu cargo a responsabilidade de reabilitar e beneficiar os nossos caminhos agrícolas.

Juntamos a nossa voz à voz da ANAFRE, que hoje mesmo repudiou as afirmações do senhor presidente indigitado do IROA.

**Sr. presidente da Câmara** – A rede agrícola está de facto num estado lamentável com algumas zonas de circulação muito difícil, um assunto que foi levantado recentemente numa reunião que aconteceu na vila de São Sebastião com a presença do senhor Secretário Regional da Agricultura, que anunciou que iriam resolver com fundos comunitários, a situação do caminho que ali foi referido, um dos mais longos que serve todas as freguesias desde a Ribeirinha até à Fonte do Bastardo. Este assunto merece alguma reflexão, particularmente porque tem havido o entendimento que o IROA é responsável pela gestão pelos caminhos, mas já no final do mandato do anterior presidente, alguns municípios receberam um ofício dizendo que teriam que fazer a manutenção de caminhos. O assunto foi posteriormente discutido na Associação de Municípios em que as autarquias informaram que estariam disponíveis desde que se proceda como no continente, ou seja, se faça a transferência da tutela desses caminhos para as autarquias acompanhada do respetivo orçamento. A proposta foi feita, o assunto terá agora que ser resolvido pelo Governo Regional.

Não é razoável que as câmaras municipais ou as juntas de freguesia fiquem com a obrigação de consertar os caminhos que não são seus. Quando as coisas ficam muito difíceis, de vez em quando lá vamos fazendo uma intervenção de emergência, mas a rede viária municipal também tem problemas e é enorme o investimento que temos que fazer. Terminámos recentemente uma empreitada entre São Bartolomeu e as Cinco Ribeiras e temos uma outra de grande volume a decorrer na ligação entre as Cinco e as Doze Ribeiras no chamado Caminho de Cima.

Adjudicados ou em execução, temos nesta altura, cerca de 6 milhões de euros investidos em vias municipais, alguns caminhos estão uma vergonha e não podemos incluir mais. Na sequência de uma intervenção feita na vila de São Sebastião, fui ao Caminho da Ponta e só de trator porque não tem condições de circulação.

Precisamos de nos concentrar na rede municipal, que já apresenta muitas dificuldades, e as juntas de freguesia têm também os seus problemas porque há muitos caminhos que são um bocadinho de ninguém e caem no seu âmbito. As autarquias estão disponíveis para assumirem essas responsabilidades desde que haja a devida negociação e a transferência dos caminhos para a nossa posse. Não pode estar um a mandar nos caminhos e outro a pagar as despesas da sua gestão, por isso temos que acertar as coisas.

No que diz respeito à Pousada da Juventude, posso adiantar a informação suplementar que recebi agora mesmo da senhora vereadora, que a empresa respetiva entrou com um pedido de licenciamento de obras, portanto esperemos que isto seja o princípio da esperança.

Quanto ao Porto das Pipas, não tenho mais informação além da que aqui prestei na última sessão da Assembleia, até porque houve mudanças na administração e ainda não tivemos oportunidade de falar com os novos administradores.

A situação da pintura, da iluminação e de algumas zonas de acumulação de águas na Via Vitorino Nemésio é urgente porque constitui um risco. A senhora vereadora informa-me que já respondeu e estão autorizados a começarem a obra para não dizerem que somos nós que a estamos a atrasar.

A acessibilidade durante as festas Sanjoaninas provavelmente levantará alguma celeuma nos próximos dias devido à proibição de estacionamento na Circular, onde tradicionalmente durante os desfiles, as pessoas costumam deixar os carros. Tendo em conta a crise sísmica que temos estado a viver e a necessidade de garantirmos uma acessibilidade franca e livre ao hospital, decidiu-se que este ano não será permitido o estacionamento de quaisquer viaturas na Circular entre a Silveira e a Grota do Vale. A situação decerto causará alguma azia a alguém mas aquela via não pode ficar bloqueada numa eventual situação de emergência que obrigue à saída de carros da cidade e o bloqueio da Circular implicaria também o isolamento do hospital. Essa informação será divulgada hoje ou amanhã e fica já aqui dada a justificação.

**Sr. d. m. Luís Soares** – Partilho as preocupações aqui apresentadas pelo senhor deputado José Toste e não seria de esperar outra coisa da parte do Partido Socialista, senão não estariam a exercer política em nome do povo.

A situação da Via Vitorino Nemésio é preocupante e mais ainda em dias de nevoeiro. Como queremos os turistas cá todo o ano, é bom que as marcações horizontais estejam bem visíveis para que não haja acidentes.

Partilhamos também todas as preocupações aqui expostas relativamente aos caminhos agrícolas e reafirmo o que disse na última sessão da Assembleia Municipal acerca do Porto das Pipas. A acostagem dos navios deve ser feita pelos pilotos de barra e a Terceira é a única ilha dos Açores que tem dois portos para acostagem de navios internacionais de passageiros: o Porto das Pipas em Angra do Heroísmo e o Porto da Praia da Vitória. O capitão do porto expõe à consideração do comandante do navio, as condições do porto e o comandante decide se deve ou não atracar. O que aconteceu com aqueles dois cruzeiros foi que os comandantes dos navios resolveram atracar, mas nos outros casos entenderam que não.

Para que não haja constrangimentos e se possa dizer abertamente aos comandantes dos navios que podem atracar, é importante que haja água, luz, os circuitos logísticos a funcionar e todas as condições de segurança no porto, o que não acontece. Estas coisas levam tempo e todos sabemos a que se devem os atrasos, mas não vale a pena voltarmos a falar no assunto e o que importa é resolver a situação.

**Sra. d. m. Marília Vargas** – Bom dia senhora presidente da Assembleia em exercício e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais.

No passado dia 12 de junho decorreu nas instalações do Centro de Saúde de Angra do Heroísmo o Conselho Consultivo da Ilha Terceira onde representei a bancada municipal do PS e a bancada da Coligação foi representada pelo doutor Carlos Costa Neves. Analisámos o



relatório de atividades de 2023 e o plano de atividades para 2024 e quero transmitir as nossas preocupações a esta Assembleia.

Ao contrário do que este Governo da Coligação tem anunciado, o número de utentes sem médico de família tem aumentado nos últimos anos. Em 2020 tínhamos 10 % da população sem médico de família e, segundo este relatório, este número aumentou em 13 %. Para remediar a situação, tem havido um aumento de consultas abertas para estes utentes que não têm médico de família, mas à custa da prestação de serviços de médicos tarefeiros, uma solução que compreendemos porque o número de médicos efetivos nos centros de saúde não tem aumentado, ao contrário da propaganda do Governo da Coligação. O número final tem sido equilibrado, tanto pela contratação de novos médicos, como pela saída de médicos devido à reforma ou por outras razões.

Uma outra preocupação que quero transmitir a esta Assembleia é a situação financeira que continua a preocupar-nos. Deixei o alerta após o Conselho Consultivo do ano passado e a verdade é que as contas da USIT têm sido desastrosas por culpa do Governo Regional. A USIT tem neste momento uma dívida de 9,3 milhões de euros, sobretudo a farmácias e convencionados, que se deve essencialmente à falta de transferências do orçamento regional.

O Governo Regional deve 8,9 milhões de euros à Unidade de Saúde da Ilha Terceira. Estivemos a analisar no plano de atividades para 2024, um documento que é fictício porque prevê um orçamento de 35,3 milhões de euros, mas está apenas prevista uma transferência de 26,3 milhões do orçamento da região, o que é inconcebível.

Temos uma outra preocupação em relação à tentativa de se empurrar as responsabilidades financeiras dos Núcleos de Saúde Familiar para a Câmara Municipal, esperando que a mesma se sobreponha aos deveres e obrigações do Governo Regional. Temos que estar atentos porque a saúde é da responsabilidade da Secretaria Regional da Saúde, as verbas estão previstas no orçamento regional e não pode ser a Câmara Municipal a sobrepor-se ao Governo Regional, tomando as rédeas desta e de outras situações à custa do seu orçamento.

**Sra. d. m. Luísa Barcelos** – Como em tudo, existe o todo e a parte e esta Assembleia Municipal é useira e vezeira em confundir o todo com a parte. As percentagens são o que são em relação aos números da saúde e podemos fazer o discurso conforme entendermos. Surpreende-me que uma pessoa tão empenhada e preocupada com o setor da saúde em geral, não tenha assento para aquilo que foi eleita e prefira fazer política regional a partir da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

Entre 2019 e 2023 houve um aumento de três mil utentes com médico de família na ilha Terceira. Em termos de consultas no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (HSEIT) – que neste momento é o hospital de referência na região devido ao infortúnio que aconteceu com o incêndio no (HDES) Hospital do Divino Espírito Santo em Ponta Delgada – em 2023 houve mais 22 715 consultas do que em 2019. Em termos de exames e tratamentos no HSEIT, em 2023 houve mais 166 mil consultas e mais 123 cirurgias programadas do que em 2019.

Se o setor da saúde está assim tão mal neste momento, se calhar já esteve pior. Não estamos a dizer que está tudo bem porque há situações que têm que ser melhoradas mas, se quisermos ser sérios, temos que reconhecer que já esteve mal, o que me leva a outra questão.

Nos últimos três anos foram investidos um milhão de euros em caminhos agrícolas na ilha Terceira. Não estão todos resolvidos e o problema é transversal aos caminhos regionais, municipais ou de quem quer que sejam. Como foi referido pelo presidente indigitado do IROA, deixo aqui o repto a quem tem a capacidade para legislar: se calhar, está na hora de se rever o estatuto das vias terrestres e definir limites e critérios para que não haja zonas cinzentas, uma situação que o senhor presidente da Câmara muito bem aqui levantou.

A Via Vitorino Nemésio é e sempre foi uma preocupação desta bancada da Coligação no que respeita à necessidade de sinalização horizontal e vertical e de limpeza, sendo certo que foi feita uma limpeza no mês passado e a via apresenta-se em boas condições.

Antes como agora é necessário pugnar por melhores condições da Via Vitorino Nemésio. Segundo sei, a verba está prevista no orçamento que foi aprovado e certamente será aplicado este ano.

No que diz respeito ao Porto das Pipas, a gare marítima não estava prevista no projeto e foi o anterior Governo da Coligação que deu início à empreitada em agosto do ano passado. Como bem referiu o senhor deputado Luís Soares, é possível atracar ali talvez sem as melhores condições, mas lá chegaremos.

A pousada da Juventude em São Mateus tem efetivamente que ser reaberta com condições para ser reocupada mas toda a gente sabe que se encontra encerrada devido a um litígio derivado de um contrato mal feito que tem que ser revertido. Este Governo tem vindo a reunir com a respetiva entidade no sentido de se obter algum resultado, mas não podemos dizer que agora está tudo mal e antes estava tudo bem, porque isso não é ser-se sério.

**Sra. d. m. Séfora Costa** – Bom dia senhora presidente e restante Mesa da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais e quem nos está a ver em casa.

Após a intervenção da senhora deputada Luísa Barcelos, não posso deixar de referir que a Pousada da Juventude em São Mateus é também uma preocupação do nosso executivo. Não é fácil para os mateusenses verem uma estrutura de grande importância encerrada e no estado de degradação em que se encontra, uma situação causada por um contrato que durou vinte anos e foi feito pelo Governo socialista.

Tem havido várias negociações entre a entidade privada e o atual Governo e as obras vão ser feitas no decorrer deste ano, como já foi aqui reconhecido pelo pedido de licenciamento. Pretende-se dar àquela infraestrutura a vitalidade que tinha, sobretudo na atividade turística; se tal não acontecer, continuaremos a estabelecer os devidos contactos e a demonstrar o nosso descontentamento pelo estado em que se encontra a Pousada da Juventude.

**Sr. d. m. Carlos Costa Neves** – Tal como a senhora deputada Marília Vargas e a senhora vereadora Fátima Amorim, participei há uns dias nessa reunião do Conselho Consultivo da Unidade de Saúde da Ilha Terceira e devo dizer que apreciei a forma clara e transparente como a reunião foi preparada pelo conselho de administração. Os elementos que nos foram entregues ajudaram à compreensão do que se passava e foram obtidas respostas a todas as perguntas que foram feitas. Houve oportunidade de se verificar alguns pontos fortes e também os fracos da atuação do Centro de Saúde e partilhamos a preocupação pelo facto de o setor da saúde ser habitualmente suborçamentado.

Bem sei que é muito pesado em termos de financiamento, mas também sei por experiência própria que há sempre a necessidade de reforçar os orçamentos das unidades de saúde durante o ano, justamente devido a esse défice de financiamento, e pode ser que o consigamos ultrapassar, uma questão que manteremos nas nossas preocupações como representantes no Conselho Consultivo.

Gostámos de saber que o Centro de Saúde cumpre a legislação em termos de prazos de pagamento aos pequenos fornecedores, mas lamentámos saber que o pagamento às farmácias está atrasado cerca de oito ou nove meses, muito para além do que é aceitável e até mesmo do ponto de vista legal. Bem sei que cada um está atento à sua responsabilidade direta, que o dinheiro é canalizado para um lado e não para o outro, às vezes as urgências existem em muitas áreas e há uma necessidade de distribuir o bem/mal pelas aldeias, mas não deixa de ser uma questão que nos preocupa.

Quanto aos médicos de família, é uma questão de leitura de números. Suponho que a senhora deputada Marília Vargas comparou o ano 2020 com o ano 2023 e a senhora deputada Luísa Barcelos fez a comparação com 2019. Na parte que me toca, pela primeira vez desde há um ano, tenho um médico de família, portanto, avaliando em termos estatísticos, melhorei a minha situação porque não o tive durante largos anos.

Mais uma vez se está a discutir aqui a sobreposição de competências entre o poder local e o poder regional. Se as notícias correspondem à realidade, neste momento estão em revisão, a Lei de Finanças Regionais e a Lei de Finanças Locais, exatamente para fazer corresponder os financiamentos às competências das autarquias locais.

O senhor presidente da Câmara tem, por diversas vezes, chamado a atenção para esta sobreposição de competências que não serve a ninguém. Pedindo desculpas pelo uso da expressão, há quem pesque em todo o lado e quem não consiga pescar em lado nenhum porque há vazios de um lado e sobreposições do outro. Isto acontece na saúde, na educação e na habitação, à medida que a descentralização vai avançando no continente.

Praticamente com três meses de antecedência, faço desde já a sugestão para que haja uma iniciativa da parte desta Assembleia Municipal, chamando a atenção à Assembleia Legislativa Regional para que resolva esta situação. Olho para esta sobreposição de competências com muita preocupação, quer pela leitura que os cidadãos possam fazer, quer pelos vazios que se criam e também pela articulação forte que é exigida nas áreas em que há sobreposição. Enquanto no continente se vai descentralizando, é preciso aferir o impacto que

esta sobreposição de competências tem na região e em que medida o poder autónomo passa a coincidir com o poder atribuído às autarquias locais.

É necessária uma revisão da Lei das Finanças Locais que reforce o poder financeiro das autarquias, senão teremos cada vez mais situações complicadas a este nível. Quanto a mim, esta questão merece um tratamento autónomo numa próxima reunião da Assembleia Municipal. Com a introdução do Ponto 2.11 nesta sessão, penso que podemos iniciar uma boa tradição para que, na próxima sessão da Assembleia Municipal, haja também um ponto na nossa Ordem de Trabalhos acerca desta matéria.

**Sr. presidente da Câmara** – A região está muito atrasada no percurso que deveria fazer em relação às competências das autarquias locais. As autarquias dos Açores estão numa posição negocial muito difícil e com poucos argumentos perante a negociação de uma nova lei do financiamento das autarquias locais que se tinha iniciado na passada legislatura.

Não temos o volume de despesa em relação a outras autarquias da mesma dimensão que a nossa. Apesar dos inúmeros avisos da minha parte e da própria Associação de Municípios, a região nunca quis iniciar este processo, que não depende apenas da Assembleia Legislativa Regional que tem apenas a capacidade de prepositura de uma lei que terá que ser aprovada pela Assembleia da República.

Este processo envolve algum grau de complexidade mas é urgente para a situação dos caminhos agrícolas e da saúde em que, no continente, são as autarquias que asseguram o funcionamento. É urgente também para a educação para que se resolva o problema das escolas e em relação à própria definição do que deve ser a identidade «ilha», sendo que uma boa parte das quezílias que temos inter-ilhas poderiam ser resolvidas por aí.

Na Associação de Municípios foi novamente apresentada uma proposta de criação de uma Comunidade Intermunicipal nos Açores, o que me parece extremamente negativo porque vamos criar uma segunda região autónoma, mais uma vez dominada pela ilha de São Miguel onde existe a maior parte das autarquias. O que precisamos é da criação de várias CIM para que cada ilha possa ter a sua expressão.

Este processo já se iniciou e estamos claramente atrasados. Após o reporte feito sobre a reunião do Conselho Consultivo do Centro de Saúde, ao verem as notícias, as diversas entidades sabem que no continente são as autarquias que tratam das despesas da saúde e pensam que nos Açores também é assim, o que não é verdade porque aqui não houve transferência de competências nem dos respetivos recursos financeiros. As escolas enviam-nos de forma crescente, pedidos de financiamento sobre questões que não nos dizem respeito, dizendo que é assim que as coisas se passam no continente.

Seria fundamental que se resolvesse esta dualidade muito negativa antes de chegarmos ao estágio final de negociação da nova Lei das Finanças Locais porque, se não o fizermos, saímos claramente prejudicados em todo este processo. O assunto não diz respeito a esta Assembleia Municipal, que pode e deve pronunciar-se por iniciativa própria, por isso a proposta que o senhor deputado Carlos Costa Neves aqui trouxe, faz todo o sentido.

Seria também importante que fôssemos pensando na nossa posição em relação à criação de uma Comunidade Intermunicipal nos Açores, uma matéria nuclear para o futuro da autonomia.

**Sra. d. m. Marília Vargas** – É lamentável que a senhora deputada municipal Luísa Barcelos diga que estou a aproveitar este órgão municipal para fazer política regional, quando estive em representação desta Assembleia num Conselho Consultivo de Ilha. Estou aqui simplesmente a manifestar a nossa preocupação, defendendo os direitos e os interesses dos terceirenses e essa postura é lamentável. Parece que não podemos falar e temos sempre uma rolha ou a censura por parte da bancada da Coligação.

Senhor deputado Carlos Costa Neves, no que diz respeito ao número de utentes sem médicos de família, consultei o relatório que estivemos a analisar e também os indicadores que constam no portal do Governo, fiz as contas e não há que enganar; nestes últimos anos, o número de utentes sem médico de família tem vindo a aumentar. O que mais me choca é que tenha sido dito o contrário pelo Governo da Coligação e isto é enganar as pessoas.

Na minha intervenção referi e reconheci que tem aumentado o número de consultas abertas em que não é o médico de família que faz a consulta, é um médico de prestação de serviços que não conhece aquele utente e está a remediar a situação. Gostaria que este Governo de Coligação fosse mais transparente quando comunica a sua propaganda, por assim dizer.

A situação financeira tem sido uma bola de neve nestes últimos anos de governação da Coligação e não podem estar sempre a dizer que é um problema que vem do passado, porque não é. Em 2020 a dívida da USIT era de 1,9 milhões de euros, neste momento temos 9 milhões de dívida e não vale a pena continuarem a referir a SAUDAÇOR, que foi extinta antes disso. Não são os números que a senhora deputada municipal Luísa Barcelos vem para aqui disparar, que me vão fazer despreocupar.

**Sra. d. m. Luísa Barcelos** (para defesa da honra) – Apelo à defesa da honra porque não tive a intenção de pôr ninguém em cheque nem causar quaisquer suspeições; apenas coloquei um conjunto de factos sobre a mesa e lamento que uma profissional de saúde se refira a médicos prestadores de serviços como uma solução de remedeio.

**Sr. d. m. José Toste** – No seguimento da intervenção do senhor deputado municipal Luís Soares, pensava que tínhamos chegado a um consenso alargado relativamente a três questões que preocupam os angrenses: a operacionalização urgente do Porto das Pipas, a reabertura da Pousada da Juventude e a necessidade de uma intervenção ao nível da pintura da Via Vitorino Nemésio. Entretanto surgiram aqui outras intervenções que me levam a crer que este consenso aparente, afinal não será assim tão consensual – passe a redundância – porque se voltou atrás, discutindo-se o que foi, em vez do que terá que ser feito acerca destas três infraestruturas.

A Pousada da Juventude foi construída no final dos anos noventa, manteve-se aberta durante todo este tempo com diversas formas de gestão durante as governações do Partido Socialista, encerrou aquando da pandemia da Covid-19 e não voltou a abrir. Conhecemos o contrato de concessão que foi aqui referido, que não acho que foi mal feito, apenas está a ser mal executado com a tolerância deste Governo que tem a responsabilidade de fiscalizar o seu cumprimento.

A Pousada da Juventude tem estado encerrada para a estadia de jovens mas tem sido utilizada para outros fins. Foi objeto de obras antes da concessão, tinha camas e outros equipamentos e o que nos reportam é que os mesmos foram de lá retirados pelo concessionário. Sabemos que, do lado do Governo Regional, foi o Partido Socialista que celebrou o contrato de concessão, mas também sabemos com quem foi celebrada esta concessão. Sabendo quem celebrou e com quem foi celebrada a concessão, compreendemos naturalmente porque é que foi tolerada a utilização daquela infraestrutura para diversos fins ao longo de todos estes anos.

Nunca é demais exigir que a Pousada da Juventude seja utilizada para o fim para o qual foi concessionada. Havendo uma má execução, existe uma cláusula no contrato que diz que o mesmo pode ser resolvido – o que já deveria ter acontecido – e o município de Angra já se predispôs a gerir aquela infraestrutura.

É verdade que a Pousada da Juventude sempre funcionou com interrupções e era um pandemónio quando encerrava por uma semana; agora temos encerrada uma valência que é essencial para o município e quem ousa levantar a questão é acusado de um contrato que foi mal redigido. O contrato foi bem redigido, o que está a ser mal executado.

Se quisermos viajar no tempo, chegamos à conclusão que a Via Vitorino Nemésio foi objeto de uma grande intervenção por parte dos governos do Partido Socialista, da qual muito nos orgulhamos. É verdade que a degradação da pintura tem vindo a ser notória há cerca de ano e meio, daí o consenso sobre a necessidade de uma intervenção.

A obra do Porto das Pipas foi projetada e adjudicada com financiamento garantido pelos governos do Partido Socialista, da qual também muito nos orgulhamos. A execução decorreu durante estes três anos e é verdade que faltam algumas valências, mas o investimento é mínimo, foi aqui anunciado, está adjudicado desde agosto e continuamos à espera da gare de passageiros.

No que toca aos caminhos agrícolas, houve aqui uma tentativa de levantar a ideia que não se sabe bem quem deve intervir devido a uma nebulosa legal. Concordo que deve ser revisto um decreto legislativo regional de 2003, que estará eventualmente desatualizado, mas o seu artigo 4.º relativo a competências diz de forma muito clara que a construção, ampliação e recuperação das vias que constituem a rede agrícola é da responsabilidade do Governo Regional; contudo, depois existe uma vírgula que gera toda a discussão: «... *competindo a respetiva manutenção e gestão aos municípios.*» Ora, a manutenção e a gestão nada têm a ver com as intervenções que estes caminhos agrícolas carecem neste momento. É necessária uma completa recuperação destas vias, incluindo a respetiva pavimentação, algo bem diferente da

manutenção que implica o corte de vegetação e a limpeza das bermas, garantindo as condições de transitabilidade.

Não existe uma nebulosa legal, o que existe é uma tentativa de desresponsabilização por parte do Governo Regional relativamente ao estado em que se encontram os caminhos agrícolas. É verdade que o seu estado de degradação não se iniciou nos últimos três anos, mas tem que haver uma estratégia de intervenção, um levantamento e uma priorização das vias que servem um maior número de agricultores e necessitam de uma intervenção mais urgente.

Houve investimento em caminhos agrícolas ao longo destes últimos três anos, mas talvez não tenha sido feito naqueles que servem um maior número de agricultores e se encontram em pior estado de degradação. Tendo em conta a necessidade de reabilitação, a mesma é da responsabilidade do Governo Regional, e não nos deixemos enganar pela ideia de que a norma não é clara. Concordo plenamente que a norma tenha que ser revista, mas não há dúvidas acerca da entidade com responsabilidades na reabilitação dos caminhos agrícolas.

## **D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1 – DA CÂMARA MUNICIPAL:**

#### **1.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 1 de abril a 31 de maio, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara. Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara** – Durante o período decorrido desde a última sessão da Assembleia Municipal, a atividade municipal decorreu com normalidade e mantemos a estabilidade no quadro de pessoal. Neste período saiu uma pessoa mas entrou outra, por isso o número de trabalhadores manteve-se exatamente o mesmo.

Temos tido algumas dificuldades na execução financeira devido ao enorme atraso nos reembolsos por parte do IHRU e do PRR. Até à semana passada, quando fiz o balanço da situação, tínhamos um pouco mais de 3 milhões de euros investidos em habitação, um dinheiro que precisámos de recuperar e estamos à espera do reembolso. Não implica qualquer efeito do ponto de vista orçamental mas temos normalmente cerca de um milhão de euros de reserva de tesouraria e acabámos por empenhar esse dinheiro, por isso a senhora vereadora Fátima Amorim tem estado em contacto com o IHRU no sentido de tentar resolver a situação o mais rapidamente possível.

As outras atividades do município têm também decorrido com toda a normalidade. Deu-se por terminada a intervenção na Igreja de Santo António dos Capuchos, que foi entregue e ficou aberta ao público desde o passado sábado. A obra está concluída e paga, um assunto que ficou resolvido sem a implicação de quaisquer situações financeiras para o futuro.

Foi também inaugurada a obra das Canadinhas com cerca de 2400 metros de estrada e a substituição de redes nas freguesias das Cinco Ribeiras e de São Bartolomeu. A obra está paga, foi inaugurada e encontra-se em funcionamento.

Iniciou-se também a reparação do Caminho de Cima, uma obra de grande dimensão que vai beneficiar as freguesias das Doze Ribeiras, de Santa Bárbara e das Cinco Ribeiras e foi ultrapassado o problema da aquisição de terrenos no troço de ligação entre as Bicas de Cabo Verde e a Boa Hora que causou um sensível atraso. Neste momento está a ser feito o arranjo das paredes para que se proceda ao asfaltamento do troço. Outra obra de grande vulto que está em curso e a decorrer dentro dos prazos previstos é a criação do eixo central de ligação entre o atual Parque Industrial e o Poejo.

Temos ainda a decorrer algumas dezenas de obras de menor dimensão, das quais destaco a recuperação da Igreja do Castelo. Quem olhar para lá já consegue ver a diferença com as torres recuperadas e esperamos tê-la concluída neste verão. Trata-se de uma obra financiada pelo PRR que nos permitirá fazer ali uma melhoria do património sem grandes dificuldades.

Uma outra intervenção que está neste momento em fase de lançamento é a construção do novo paiol no Regimento de Guarnição N.º 1 que visa a desativação e depois a abertura ao público de todo aquele troço entre a entrada do Castelo e o farol deste lado da baía para permitir a visita e uma utilização pública daquele espaço sem restrições, criando-se uma nova zona de lazer com uma das melhores vistas sobre a cidade. O acordo foi assinado com o Exército há uns meses e espero que a construção do novo paiol se inicie em breve para que se proceda à abertura irrestrita do espaço correspondente à fachada do Monte Brasil voltada para a baía de Angra.

Foram ainda adjudicadas duas obras nestes últimos dias, uma delas a construção do Centro Interpretativo do Castelo em que o Exército cedeu um daqueles edifícios que está sem teto dentro da unidade militar. Em princípio esta obra deveria ser feita pelo Governo Regional, que não teve essa disponibilidade, mas foi possível o financiamento da parte do Ministério da Cultura.

Uma outra obra que também já foi adjudicada é o arranjo urbanístico e a criação de um miradouro na Rua Baixinha, cujo arranque se espera para breve, e todas as outras obras estão a decorrer com normalidade. A execução por parte das juntas de freguesia está também a correr bem sem nada de particular a assinalar.

No que diz respeito às outras atividades do município, foram feitas com dignidade e organizadas pela respetiva comissão, as celebrações dos cinquenta anos do 25 de abril que tiveram visibilidade nacional, e no dia 22 de junho teremos a comemoração dos cem anos do Campo de Jogos Municipal com alguns eventos em parceria com a Associação de Futebol de Angra do Heroísmo que tem uma ligação muito especial àquele espaço.

A preparação das Sanjoaninas está também a decorrer com toda a normalidade e aproveito para convidar os senhores membros da Assembleia Municipal a estarem presentes nas diversas iniciativas que irão acontecer.



**Sr. d. m. César Medeiros** – Muito bom dia senhora presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e restante elenco camarário, senhoras e senhores deputados municipais.

Passou um ano desde o anúncio do lançamento da obra do mercado municipal de Angra do Heroísmo, adjudicada em cerca de 12 milhões de euros à Marques S.A., à Tecnovia Açores e à Transjet com um prazo de execução de 1320 dias, um marco importante para o município e para quem espera há tanto tempo por esta infraestrutura.

O regime adotado de conceção-construção é recente e entrou em vigor em dezembro de 2023 através do Decreto-Lei n.º 78/2022 de 7 de novembro com o pressuposto de acelerar a execução, que foi pensado para o PRR mas vai-se alargando a outros investimentos públicos.

O grupo municipal da Coligação traz aqui este assunto com o pressuposto de obter mais informações acerca de todo o processo relacionado com esta obra que tem um prazo de execução bastante longo de três anos e meio. Tendo em conta a evolução dos custos que foi acontecendo, pergunto se existe alguma calendarização para este regime de conceção-construção, sendo que esta obra envolve processos complementares que importa clarificar aos cidadãos.

Numa das últimas sessões desta Assembleia foi apresentada uma proposta para a criação de uma comissão de acompanhamento deste processo, o que nos leva a questionar se existe consenso e estão reunidas as condições para aprovar essa mesma proposta e a sua composição na próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, quanto mais não seja para que os grupos municipais tenham acesso a toda a informação com transparência.

Um outro assunto sobre o qual gostaria de obter algumas informações tem a ver com o Plano Estratégico de Combate à Pobreza e Exclusão Social que foi apresentado a 27 de outubro de 2023 com um período de vigência de quatro anos até 2027. Na altura intervim a respeito deste plano e congratulei o elenco camarário pela sua boa estruturação, com três eixos de intervenção, seis objetivos e quarenta ações. Passado um ano, mais do que organizar a casa, seria importante que esta Assembleia e os munícipes tomassem conhecimento da dotação financeira que está associada a este plano, quantas ações estão em curso em 2024 e se serão aceites novas linhas de ação de trabalho comunitário para fazer face ao seu objetivo principal que é a supressão das carências que vão sendo identificadas.

**Sr. presidente da Câmara** – O processo referente ao mercado municipal está na fase de obtenção do visto. Foi pedido um conjunto de esclarecimentos entre nós e o grupo adjudicatário, que apresentou uma primeira abordagem ao projeto. Se for esse o entendimento da Assembleia, da parte da Câmara temos todo o interesse que seja criada essa comissão e podem contar com todo o nosso apoio e boa vontade.

O Plano Estratégico de Combate à Pobreza e Exclusão Social não tem um orçamento privativo porque as suas ações estão integradas no orçamento municipal. Temos um conjunto de verbas destinadas à área social que foram aprovadas nesta Assembleia, mas peço à senhora presidente da Mesa que conceda a palavra à senhora vereadora Fátima Amorim para

que possa prestar esclarecimentos mais detalhados sobre o assunto, assim como o projeto da habitação.

**Sra. vereadora Fátima Amorim** – Senhora presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, muito bom dia a todos.

O Plano Estratégico de Combate à Pobreza e Exclusão Social terá uma avaliação, passado um ano desde a sua implementação, o que ainda não aconteceu, e são muitas as medidas previstas que estão a ser executadas dentro do âmbito da ação social e da educação. Foi feita nesta Assembleia, uma alteração ao Regulamento do Estudo Acompanhado para irmos de encontro a uma das ações deste plano.

Algumas medidas estão a ser implementadas neste ano de 2024, outras estão previstas para os anos seguintes. Há muita coisa a fazer e estamos a trabalhar para termos sucesso nas medidas que estamos a implementar. Como já referi, este é um plano para ser e executado e não para ficar fechado numa gaveta.

Passado um ano da sua implementação, este plano será objeto de uma avaliação, da qual resultará um relatório de execução, assim como acontecerá em cada um dos anos seguintes, à semelhança do que fazemos com todos os projetos que o município implementa no concelho para irmos sabendo que rumo seguir e aferir sobre a necessidade de alguns eventuais ajustes a efetuar relativamente a cada uma das medidas. Neste momento estamos também a proceder à atualização da Carta Social, um outro elemento estratégico para a definição de políticas ao nível do concelho.

Peço à senhora presidente da Mesa que permita a distribuição de uma lista com o ponto da situação de todas as nossas obras referentes à habitação social ao nível do PRR, algo que, se não me falha a memória, tinha sido solicitado na última reunião da Assembleia Municipal.

Preparei um quadro resumo com toda a informação para que tenham acesso ao que se vai desenvolvendo ao nível da habitação social. Gostaria também de vos informar que neste momento foram já entregues nas várias freguesias do concelho, doze casas que foram objeto de requalificação.

Fazendo um ponto da situação, também nos preocupa a demora da resposta da parte do IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana). Submetemos até à data limite do aviso, todas as candidaturas preparadas pelo município. Foram submetidas 21 candidaturas referentes à reabilitação, num investimento total de mais de 50 milhões de euros sem contabilizar o IVA, e quatro candidaturas de novas construções. O município tem 59 milhões de euros de investimento em 25 candidaturas submetidas ao IHRU, correspondentes a 489 fogos, 449 quais no âmbito da reabilitação e quarenta de nova construção.

Decorreu uma reunião presencial com o IHRU na qual demonstrámos a nossa preocupação pelo atraso na aprovação das candidaturas. Temos nove candidaturas aprovadas que totalizam mais de 13 milhões de euros mas, se analisarmos os dados que vos foram

distribuídos, temos já consignados mais de 18 milhões de euros de investimento a decorrer nas diversas freguesias do concelho.

Devido à falta de pagamentos da parte do IHRU, não foram lançados os concursos públicos das obras do Lameirinho, da nova construção e de uma ampliação que teremos que fazer numa casa na freguesia das Cinco Ribeiras devido a sobrelotação e falta de condições de habitabilidade.

Em termos de PRR, neste momento não temos a certeza se haverá dotação suficiente para a aprovação de todas estas candidaturas, mas haverá ao nível do 1.º Direito. Temos pressionado para que sejam aprovadas todas as candidaturas que submetemos dentro do prazo.

Há aqui uma novidade que nos chegou a semana passada, ou seja, uma portaria do Governo da República datada de 7 de junho que propõe aos municípios, a assinatura de um termo de responsabilidade respeitante a candidaturas sem garantias de aprovação no âmbito do PRR. Nas nossas conversas com o IHRU temos abordado a possibilidade de este termo de aceitação ser aprovado e o IHRU indicará quais as candidaturas para as quais propõe o termo de aceitação pelo senhor presidente da Câmara, mas existe sempre a possibilidade de as mesmas não serem aprovadas e o município ter que assumir o financiamento.

Temos alguma urgência no lançamento do concurso relativamente às novas construções, um investimento à volta de 9,5 milhões de euros. Tenho insistido junto do IHRU, informando que os projetos de execução estão praticamente prontos para os respetivos lançamentos dos concursos e não podemos esperar porque tudo isto terá que ser executado até 2026. Seria uma pena que não pudéssemos executar todo este investimento que nos propomos, por ser talvez a última oportunidade de podermos reabilitar e aumentar o parque habitacional do nosso concelho.

À exceção de um que se encontra à consignação, concorreram empresas a todos os concursos que lançámos; estão todos a decorrer e continuamos a insistir junto do IHRU a respeito da possibilidade de termos uma taxa elevada no que diz respeito ao PRR Habitação. Não sabemos se haverá empresas concorrentes aos próximos concursos, mas estamos a fazer um enorme esforço para que tal aconteça.

Fiz questão de atualizar ontem o documento que acabou de ser distribuído aos senhores membros da Assembleia Municipal, que contém todos os elementos de que o município dispõe neste momento. Recebemos alguns adiantamentos da parte do IHRU e falta-nos receber ainda cerca de 900 mil euros de pedidos de reembolso.

Somando os adiantamentos e os pedidos de reembolso, aguardamos o pagamento de mais de 2 milhões de euros da parte do IHRU, um valor bastante significativo para o esforço que o município tem vindo a fazer com o seu orçamento, por isso já deveriam ter sido pagos, principalmente os pedidos de adiantamento que foram submetidos há algum tempo. Vamos continuar a insistir para que a execução aconteça com uma percentagem bastante elevada, tal como pretendemos.

**Sr. d. m. Bruno Fagundes** (presidente da J. F. da Terra Chã) – Boa tarde senhora presidente e respetiva Mesa da Assembleia, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, caros deputados municipais e colegas presidentes de juntas de freguesia.

Agradeço ao senhor presidente da Câmara a informação que nos deu há pouco sobre o andamento da obra entre a Boa Hora e as Bicas de Cabo Verde, que tem demorado muito mais do que estava previsto e suscitado algumas preocupações da parte dos moradores. Sei que a curva da estrada já foi alargada mas falta ainda asfaltar uma zona na Boa Hora e ultimamente não temos visto qualquer atividade da parte do empreiteiro na reconstrução daquele muro.

A junta de freguesia tem informado os moradores que a Câmara Municipal está a fazer os possíveis para que a obra avance o mais rapidamente possível e as melhorias que estão a ser feitas naquele troço de estrada são uma mais-valia para as freguesias da Terra Chã e de São Pedro, mas as pessoas têm-se queixado que a obra tem demorado mais do que o previsto e ninguém gosta que lhe entre pó pela casa, já que estamos na época de verão.

Aproveito para parabenizar a Câmara Municipal pela adjudicação da obra da zona do Pedregal, dando continuidade ao trabalho que foi feito entre a Boa Hora e as Bicas de Cabo Verde com a remodelação da rede de águas e daquele troço que estava em muito mau estado.

**Sr. presidente da Câmara** – Há de facto um atraso de cerca de quatro meses que se deveu a dificuldades em encontrar uma solução para aquela curva. Entretanto o empreiteiro contratou uma empresa que faz tapamento de paredes, mas não cumpriu os prazos estabelecidos e o atraso deve-se essencialmente à reposição dos muros.

O senhor vereador acaba de me informar que já deu instruções para se proceder à pavimentação caso o atraso se mantenha; contudo, mais tarde poderá haver danos no pavimento devido à movimentação de pedras. Esta é uma medida um pouco extrema, que teremos que tomar, caso não se resolva rapidamente a questão dos muros. Temos a informação que o tapamento está previsto iniciar-se na próxima semana mas, como já ouvi isto várias vezes, agiremos com alguma prudência.

Há pouco não referi a obra do troço do Pedregal, que já se encontra adjudicada, vai permitir a reconstrução do muro de suporte e resolver os problemas relacionados com a água porque acontece sempre ali um conjunto de roturas.

**Sr. d. m. José Toste** – A GLEX Summit, um evento de carácter internacional, está a decorrer em Angra do Heroísmo pelo segundo ano consecutivo, uma iniciativa conjunta da Câmara do Comércio e da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo que, quanto a mim, se enquadra perfeitamente na atividade municipal. Pergunto de que forma o município participa neste evento que projeta o nome de Angra do Heroísmo e da ilha Terceira num plano global e poderá trazer outras atividades e investimentos no âmbito da exploração.

No seguimento da primeira reunião houve uma atividade desenvolvida na Gruta do Natal, mas não sabemos se desta vez haverá algum outro evento a realizar na ilha Terceira. Gostaria de saber se existem outras fontes de financiamento ou se o município de Angra é a única entidade a apoiar em exclusivo a vinda de um evento desta magnitude à ilha Terceira, que nos projeta enquanto destino turístico internacional.

**Sr. presidente da Câmara** – Até este momento, o único apoio confirmado é da parte do município e da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, a entidade que enquadra a realização da GLEX Summit. O município assumiu a responsabilidade do financiamento próprio no valor de 200 mil euros, ficando depois de se fazer os necessários ajustamentos com a Câmara do Comércio no sentido de equilibrar as contas, caso não haja qualquer financiamento por parte de outras entidades.

Infelizmente não tem havido da parte da região, qualquer vontade em participar neste processo. A edição da GLEX Summit do ano passado acabou por ser quase totalmente financiada pelo município em colaboração com o Ministério da Economia, que assumiu uma parte da despesa, mas este ano não existe ainda qualquer compromisso da parte dessa entidade nem do Governo Regional, portanto estamos à espera de saber o que a Câmara do Comércio conseguirá obter mediante as suas negociações.

Será muito difícil partirmos para uma nova edição da GLEX Summit, dando continuidade à realização deste importante evento entre nós sem a garantia atempada de algum apoio por parte do Governo Regional que, até agora, não investiu um cêntimo que fosse nestas duas edições.

**Sra. d. m. Magda Ávila** – Boa tarde senhora presidente da Assembleia e restante Mesa, senhor presidente e restante elenco camarário, senhoras e senhores deputados municipais.

Na sessão da Assembleia Municipal de 10 de fevereiro de 2023, o senhor presidente da Câmara referiu a intenção de ser criado um parque solar comunitário na zona da praça de touros destinado aos habitantes da zona classificada, que estão excluídos de participarem nas questões de produção de energia fotovoltaica doméstica porque a legislação não permite a colocação dos painéis solares.

Na altura foi referido que o projeto estaria pronto e que a lei permite a produção de energética imputada à residência do subscritor, mesmo estando localizado noutra zona. Passado este tempo, gostaríamos de saber quais os desenvolvimentos da Câmara Municipal sobre este investimento, quando se prevê lançar o procedimento e, conseqüentemente, arrancar com o projeto.

**Sr. presidente da Câmara** – Infelizmente, esta situação não tem tido um desenvolvimento tão rápido quanto gostaríamos devido a questões de natureza burocrática relacionadas com o licenciamento da estrutura. No sentido de facilitar as coisas, optámos pela cedência de um terreno da Câmara abaixo da praça de touros, às empresas sediadas aqui para que lá possam instalar os seus próprios equipamentos, mas outras questões de natureza

regulamentar têm também atrasado o processo. Estamos a fazer os possíveis para resolver a situação mas a experiência não tem sido agradável porque não é fácil entrar no mercado da energia entre nós e repito o meu lamento em relação à energia produzida pela TERAMB que, em boa parte, não nos é paga.

Esta situação do monopólio no setor da energia é muito negativa para a economia dos Açores, mas estamos a fazer os possíveis por chegar lá; entretanto, a própria EDA resolveu instalar painéis solares planos no teto da central do jardim, abrindo aqui um precedente que será complicado de gerir, já que aquela central está situada na zona classificada. Peço à senhora presidente da Mesa que conceda a palavra à senhora vereadora e também senhora Diretora Regional, Sandra Garcia, para nos falar sobre este assunto.

**Sra. vereadora Sandra Garcia** – Muito boa tarde senhora presidente da Mesa em exercício, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais.

A instalação dos painéis na central do jardim é um projeto com um valor educativo que foi aprovado condicionalmente e a EDA dispõe-se a retirá-los caso o impacto seja considerado significativo em termos de património. A instalação não é definitiva e estamos a avaliar a situação.

**Sra. d. m. Luísa Barcelos** – Não consegui perceber para quando está previsto o início dos trabalhos de construção do mercado municipal.

Uma outra questão tem a ver com as faturas de consumo de água em Angra do Heroísmo, que têm apresentado um custo avultado para os consumidores, uma situação que foi já objeto de uma reportagem na RTP Açores. Alertei para este assunto em dezembro e na altura a Câmara Municipal informou que estaria a tentar resolver a situação, que passaria pela instalação de cerca de 3000 contadores inteligentes. Pergunto se este assunto está resolvido e se estes contadores são a solução pretendida ou se os clientes têm que continuar a comunicar as leituras. Penso que, numa fase inicial, o serviço era feito por funcionários dos Serviços Municipalizados e depois se optou por uma prestação de serviços que não correu bem, como foi aqui referido pelo senhor presidente da Câmara. Agora aposta-se numa solução inteligente que, segundo sei, também não tem corrido bem.

**Sr. presidente da Câmara** – No que diz respeito ao mercado municipal, há um duplo processo de licenciamento em curso, um deles junto da Direção Regional da Cultura e um outro dependente da obtenção do acordo por parte da UNESCO. Não havendo qualquer problema relacionado com estes dois processos, estimamos que será possível dar início à obra no último trimestre deste ano. Não tenho falado muito no assunto devido ao seu elevado grau de incerteza provocado por um conjunto de questões imprevisíveis. Tanto quanto sabemos, teremos o primeiro projeto a ser submetido pela UNESCO a uma avaliação patrimonial, uma questão que não está devidamente regulamentada nem esclarecida.

Há aqui um grau de pioneirismo que nos leva a ter alguma cautela sobre anúncios de datas. Gostaríamos que o processo decorresse tão rápido quanto possível, mas é com esta reserva que lhe posso responder porque o caminho não é simples de percorrer. A obra está adjudicada e a empresa está a fazer o seu trabalho. Acho que as coisas estão a correr com toda a normalidade, mas há um conjunto de questões por resolver para que possamos adiantar uma data sobre o arranque físico da obra.

Quanto aos contadores digitais, nesta altura já vamos com 4000 instalados e os resultados são extremamente positivos. O problema que a senhora deputada referiu é o mesmo, tem a ver com as más leituras que foram feitas até janeiro do ano passado e só agora é que alguns clientes se aperceberam. Entretanto retomaram-se as leituras nestes últimos meses e o problema que surgiu em dezembro para alguns clientes, está a ter a mesma solução, ou seja, a repartição do valor por um ano inteiro o que, normalmente resolve o assunto.

As únicas situações com algum grau de gravidade são os derrames que permaneceram durante muito tempo porque as leituras não foram feitas atempadamente. Nesses casos temos feito um processo de desconto porque as pessoas não são totalmente responsáveis pelo facto de o derrame se ter mantido durante tanto tempo e temos estado a analisar caso a caso. Nas situações em que não há derrames, o assunto é facilmente resolvido. Repartindo por doze meses, ficamos com faturas dentro da normalidade.

Tencionamos acelerar o processo tanto quanto possível e o objetivo é instalar contadores digitais em todos os clientes, o que não significa que fiquemos sem leituras. Teremos um sistema de reverificação muito mais ligeiro em que passaremos a fazer leituras por amostragem para nos certificarmos que não existe qualquer anomalia com os contadores digitais que, para além de efetuarem a contagem da água, têm uma série de alarmes que permitem informar os clientes se houver algum derrame e assinalar os dias em que existam consumos anormais.

Os contadores digitais são manifestamente benéficos para o cliente e até agora não tenho nenhum reporte de anomalias. Se a senhora deputada tiver conhecimento de alguma situação relacionada com os contadores digitais, peço-lhe que informe o senhor vereador Paulo Lima para que possamos investigar. Houve situações em que, no centro da cidade, foi preciso instalar um reforço do sinal em algumas casas com placas de betão, de resto a instalação desta tecnologia tem sido feita com pleno êxito.

**Sr. d. m. José Toste** – Tive a oportunidade de reunir com o conselho de administração do HSEIT (Hospital do Santo Espírito da Ilha Terceira), estando aqui presente um elemento desta Assembleia que faz parte daquele órgão e não me deixará mentir em relação ao que vou aqui afirmar.

Aquele hospital tem um problema de redundância de acessos, que eventualmente poderia ter sido resolvido aquando da sua empreitada inicial o que, para mim, não é objeto de

discussão. Fica desde já afirmado para que não voltemos atrás no tempo com algum tipo de justificação.

O acesso norte ao Hospital do Santo Espírito da Ilha Terceira é feito pela Canada do Briado cujas condições de acesso são muito más. Durante o tempo em que durou a obra que se realizou na Vinha Brava junto à rotunda do antigo matadouro, o acesso das ambulâncias que transportavam os utentes do concelho da Praia da Vitória teve que ser feito por esta Canada e o acesso principal do hospital ficou impossibilitado por breves momentos devido a fortes chuvadas ou acidentes ocorridos na Circular.

Dado que temos estado a viver uma situação sísmica que pode criar algum tipo de obstáculos e impedir o acesso ao HSEIT, temos aqui um problema que é do concelho, da ilha e também da região, tendo em conta a dimensão daquela infraestrutura hospitalar.

Na referida reunião ocorrida com o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira fui incitado a chamar a atenção da Câmara Municipal para a necessidade de resolução daquele acesso, mas a verdade é que, há muito que a Câmara inclui sempre no seu parecer ao plano de investimentos regional, a necessidade da realização de uma obra naquela via de acesso, predispondo-se a financiá-la em 50 % para que seja garantida a necessária redundância de acesso ao hospital. Assim sendo, pergunto ao senhor presidente da Câmara se houve alguma comunicação ou manifestação de abertura da parte do Governo Regional para realizar aquela empreitada que é vital para aquela unidade de saúde.

**Sr. presidente da Câmara** – Esta é uma questão antiga que foi aqui objeto de vários debates e continua a prejudicar seriamente a segurança daquela unidade de saúde. Se aquele acesso estivesse operacional, não estaríamos tão preocupados com o estacionamento na Circular durante as Sanjoaninas porque teríamos ali uma via alternativa.

Esta relação com o Governo Regional começou há duas ou três governações quando se começou a projetar a necessidade de refazer o pavimento e as redes daquele troço entre a Grotta do Medo e a Vinha Brava, em que se fez o acordo de inserir nessa empreitada, a resolução deste problema. Infelizmente as coisas foram-se arrastando, o Governo Regional lançou o procedimento mas não incluiu este troço na obra que vai fazer, por isso o município emitiu o parecer que aqui foi citado porque consideramos o assunto de extrema importância e é muito grave que não esteja ainda resolvido para questões de emergência. Quando foi preciso ativá-lo, foi o município que fez a intervenção do arranjo provisório do caminho com a colocação de *Tout-Venant* e remoção de vegetação. O acesso funciona mas aquele caminho deve ser pavimentado e o que dissemos no parecer foi o que já tínhamos comunicado.

Tendo em conta a situação sísmica que se vive na ilha, na reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil decidiu-se que procederíamos a uma nova limpeza e arranjo daquele caminho, mas peço a palavra para o senhor vereador Paulo Lima que tem este dossiê a seu cargo.

**Sr. vereador Paulo Lima** – Boa tarde senhora presidente da Mesa em exercício, senhor presidente da Câmara e colegas do executivo, caros membros da Assembleia Municipal.



Como o senhor presidente da Câmara já referiu, utilizámos aquele acesso por altura das obras que foram efetuadas na rotunda abaixo do Clube Musical Angrense, uma intervenção da responsabilidade do Governo Regional. Tivemos que criar ali uma alternativa para o sistema de emergência e agora no âmbito do exercício «Touro24» a situação voltou a ser despoletada, por isso é imperioso fazer ali uma nova intervenção. Foi já contratado um empreiteiro para proceder à limpeza das linhas de drenagem, remover as infestantes e efetuar melhoramentos no pavimento para que, na próxima semana, possamos ter aquele acesso norte ao hospital em melhores condições.

**Sr. d. m. Carlos Costa Neves** – O senhor deputado José Toste fez uma curva para, aparentemente, chegar à conclusão que temos ali uma solução provisória porque a solução definitiva deve ser da responsabilidade do Governo Regional...

*Neste momento a Assembleia Municipal recebeu a visita do senhor Francisco Carvalho, presidente da Câmara Municipal da Praia, ilha de Santiago, arquipélago de Cabo Verde. O senhor presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo apresentou o senhor presidente da Câmara da Praia aos senhores membros da Assembleia, que o receberam com aplausos.*

**Sr. d. m. Carlos Costa Neves** – Estando eu no uso da palavra, devo dizer que é um gosto receber a visita do senhor presidente da Câmara Municipal da Praia do arquipélago de Cabo Verde, que tem mais uma ilha do que os Açores, e com o qual temos uma larga tradição de ligação. Temos entre nós uma grande e afirmativa comunidade proveniente de Cabo Verde que é muito bem-vinda.

Voltando ao assunto em discussão, por informação do senhor presidente da Câmara, ficámos a saber que aquele acesso não foi incluído na tal obra, o que me leva a questionar o que se irá fazer agora, confessando a minha impotência em relação a este assunto. Os senhores deputados regionais vão interrogar o Governo Regional e apresentar requerimentos na Assembleia Legislativa Regional ou a Câmara Municipal vai fazer alguma diligência junto da delegação das Obras Públicas de Angra do Heroísmo? Algo poderá decerto ser feito neste âmbito. A Câmara Municipal está a proceder bem, não sei se o Governo Regional está a proceder mal e este não será propriamente um assunto para ser discutido aqui, mas apreciei a habilidade de condução do senhor deputado José Toste na curva e contracurva.

Fazendo referência à cidadã que aqui interveio no período destinado ao público, em primeiro lugar tenho um gosto especial que os cidadãos venham à Assembleia Municipal expor os seus problemas. Vir aqui referir um assunto que diz respeito a todos é uma afirmação de cidadania merecedora de elogio que, por vezes, contradiz um pouco o nosso comodismo. Vem um cidadão a esta Assembleia uma ou duas vezes por ano, algo que deveria acontecer mais frequentemente.

A cidadã Ana Paula Alves trouxe aqui um assunto com fundamento e o senhor presidente da Câmara explicou que a situação é da responsabilidade do adjudicatário, mas

peço-lhe que desenvolva um pouco mais o assunto, que me pareceu muito importante, e assumimos também aqui a preocupação da cidadã.

Agradeço ao executivo camarário, mais propriamente à senhora vereadora Fátima Amorim, o mapa da habitação que nos foi entregue, um excelente exemplo de trabalho, relacionamento e partilha de preocupações que é de enaltecer.

Dado que o Campo de Jogos Municipal comemora o seu centenário, gostaria que nos fosse feito um ponto da situação daquelas questões que estavam à espera de uma solução, assim como do Bólingue e do pavilhão desportivo.

**Sr. presidente da Câmara** – Visto que o senhor vereador Guido Teles terá que sair para acompanhar o senhor presidente da Câmara Municipal da Praia de Cabo Verde, peço à senhora presidente da Mesa que lhe conceda a palavra para que possa intervir agora e depois prestarei as restantes informações.

**Sr. vereador Guido Teles** – Muito boa tarde senhora presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores membros da Assembleia.

Começando pelo ponto da situação do Bólingue, foi feita uma primeira intervenção por parte da empresa especializada naquele tipo de equipamentos que procedeu à reparação da componente mecânica, tendo conseguido colocar em funcionamento, praticamente todas as pistas. No entanto e de acordo com a informação que prestei à Assembleia Municipal na última reunião, adquirimos uma série de equipamentos informáticos que estão já em trânsito para a ilha Terceira e visam a substituição integral dos existentes no pavilhão multiusos. Temos agendada com a empresa, a intervenção no início do mês de julho logo a seguir às festas Sanjoaninas, o que significa que todo o sistema ficará operacional durante a primeira quinzena desse mês. Entretanto e de acordo com a informação que foi prestada ao Clube de Bólingue aquando da primeira intervenção que foi feita há cerca de três semanas, o sistema está em funcionamento e é já possível praticar este desporto naquele pavilhão.

Quanto ao campo de jogos, temos neste momento em curso a preparação de todas as peças procedimentais para a substituição do relvado com a instalação de um relvado sintético da nova geração, o primeiro nos Açores a ser executado de acordo com as novas regras que serão obrigatórias a partir de 2027. A borracha será substituída por uma solução em cortiça que, de acordo com os testes que têm sido feitos, tem respondido melhor às características necessárias para um bom desempenho dos relvados sintéticos. Tencionamos ter o campo operacional no próximo ano e faremos todos os possíveis para que esta intervenção seja feita de forma a minimizar as consequências da realização das habituais competições desportivas e dos treinos naquele espaço.

Como foi já comunicado recentemente na altura em que recebemos aqui a equipa de Futsal do Lusitânia que subiu à 1.<sup>a</sup> Divisão e à qual será hoje atribuído um Voto de Congratulação, no seguimento de conversações com a direção do clube, infelizmente não vamos conseguir avançar de imediato com aquela intervenção de fundo de substituição da

cobertura, que implicaria o encerramento do pavilhão municipal, o único da ilha com condições para a realização dos jogos de Futsal da 1.ª Divisão, não podendo ser utilizado pelo menos durante a primeira parte da época desportiva. Assim sendo, e de acordo com o que ficou combinado com o Sport Clube Lusitânia, efetuaremos uma reparação menor do telhado de forma faseada para minimizar a possibilidade de infiltrações naquela infraestrutura, ficando tudo preparado para que, logo que possível, seja lançado o procedimento de maior envergadura.

**Sr. presidente da Câmara** – Em resposta à questão dos dois abrigos de passageiros que aqui foram mencionados, o Terminal Rodoviário tem que ter aquela altura para permitir a circulação dos autocarros sem restrições. Na maioria dos dias, a altura do teto é mais do que suficiente para garantir o abrigo necessário, mas quando chove e o vento sopra do lado do mar, a chuva cai na diagonal no espaço onde param os autocarros. Em compensação, foram criados dois edifícios; num deles funciona um café que possui casas de banho e o outro é uma sala de espera com venda de bilhetes, da responsabilidade da empresa concessionária, que se encontra numa fase de mutação e vai alterar a sua bilhética, por isso a sala apenas será ativada quando for resolvida a questão dos concursos.

Quanto ao abrigo do hospital, depois de conversações com a empresa gestora daquele espaço, o município resolveu assumir a despesa da instalação de uma estrutura de abrigo devidamente reforçada e fechada. O projeto foi feito pela HAÇOR, a empresa que gere o hospital, o município pagou a estrutura em metal e a empresa está à espera da disponibilidade do empreiteiro para a instalar.

O problema é que a paragem do autocarro do hospital está num local descoberto voltado para sudoeste, que é a direção dos ventos dominantes, e aquele telhado é demasiado curto para dar abrigo suficiente aos passageiros. A solução passou pela construção de uma estrutura que foi projetada pelo próprio concessionário e esperamos que passe a haver ali abrigo suficiente. São estas as respostas que tentei dar à senhora Ana Paula Alves que nos visitou hoje.

**Sr. d. m. Nuno Melo Alves** – Quando o senhor presidente da Câmara falava há pouco da adjudicação da obra da estrada que não inclui o troço da Canada do Briado, penso que se referia à ligação entre a via rápida e a rotunda.

A pré aprovação dessa obra foi feita a 14 de outubro de 2020 no âmbito do projeto preliminar do PRR que foi apresentado a Bruxelas, não sendo possíveis alterações posteriores, até porque as verbas consignadas no PRR nem dão para o que está já aprovado. Há um aumento de custos substancial e foi acautelada uma verba para esse efeito mas estas restrições no âmbito das remodelações do PRR não permitem a aprovação.

Preocupo-me com o acesso alternativo tanto como com o acesso principal e aqueles trezentos ou quatrocentos metros entre a rotunda e os dois acessos deveriam ter sido alargados para quatro faixas aquando da construção do hospital. Tendo em conta os separadores centrais nos dois lados da rotunda por uma questão de segurança e de acordo

com os exemplos que foram aqui dados pelo senhor deputado José Toste a respeito dos acidentes naquele percurso entre a rotunda de acesso ao Centro Cultural e a rotunda acima do Lameirinho, qualquer congestionamento de tráfego impede a passagem de ambulâncias que, ficando bloqueadas naquele troço, nada lhes serve o acesso alternativo do lado norte.

Devem ser acauteladas ali as questões de segurança, uma questão que é tão preocupante quanto a outra. As dificuldades no acesso principal ao hospital são prementes e notórias e aquele modelo de fusão de faixas em que, por antecipação, os condutores fazem a mudança de faixa de rodagem antes do sinal de cedência de prioridade, implica já a possibilidade da ocorrência de acidentes.

Todas as situações aqui referidas acabam por ser soluções de remendos, uma vez que as três faixas numa parte do troço e duas mais adiante antes da entrada no hospital, quem vem do lado da rotunda acima do Lameirinho, estão bloqueadas e comprometidas nesta fase, requerem uma reflexão um pouco mais profunda e um investimento maior para a sua melhoria que, quanto a mim, é tão importante quanto o acesso alternativo.

**Sr. presidente da Câmara** – Estou profundamente de acordo com o senhor deputado Nuno Melo Alves e o assunto é bastante complexo. Recuando um pouco no tempo, lembro que a rotunda não existia quando a via foi concebida. Havia ali um cruzamento, a via foi projetada com a solução que lá está implementada e qualquer alteração implica alterar também a própria rotunda que tem apenas uma faixa. O assunto não é fácil de resolver porque envolve a alteração da rotunda e do último troço da via, mas acho que o deveríamos colocar na nossa lista de desejos.

Quanto à não inclusão daquele troço no «Y» que está neste momento adjudicado, a Câmara de Angra participa com um investimento muito grande de 1,6 milhões de euros. Foi por isso que nos propusemos a financiar em 50 %, caso o Governo Regional queira avançar e a alteração em relação ao posicionamento anterior do município resulta exatamente do conhecimento dessa restrição.

Temos já contratualizado e adjudicado um investimento muito substancial de 1,6 milhões de euros em conjunto com o Governo Regional na Estrada Regional e estamos a participar claramente nesta despesa por se tratar de uma estrutura fundamental para a nossa segurança no abastecimento de água. O objetivo é substituir por redes de ferro, as condutas que transportam água para Angra até à rotunda cá em baixo para garantirmos a redução das roturas e o aumento da pressão na subida da Ladeira da Pateira até àquele reservatório localizado na Grota do Medo que é central para o abastecimento de água às freguesias a oeste do concelho. É dali que sai a água que vai ser injetada na Serreta e depois vem no sentido contrário e abastece toda a parte oeste do concelho até São Bartolomeu.

Estamos a fazer este enorme investimento em conjunto com o Governo Regional, que fará o asfaltamento, enquanto a Câmara colocará redes em aço, ligando a Nasce Água a estes dois pontos nevrálgicos no abastecimento de água, garantindo uma maior segurança do sistema.

É uma pena que não se tenha incluído esse troço, mas com certeza que o Governo terá que fazer outras estradas para além das que constam no PRR, por isso coloquemo-lo também na nossa lista de desejos.

**Sr. d. m. Luís Soares** – Confesso que estou um pouco confuso porque sempre conheci a acessibilidade norte ao hospital como sendo a Canada do Cano Real e a Canada do Briado fica mais a sul. Se estiver errado, muito bem, caso contrário, é apenas para que não se acabe eventualmente por fazer obras numa canada que não é o acesso ao hospital.

O senhor presidente da Câmara deve lembrar-se que a acessibilidade a norte do hospital foi utilizada pelo construtor, que tinha ali o seu estaleiro durante o período em que durou a obra, evitando constrangimentos na Circular. Aquele acesso não estava projetado para servir o hospital, mas podemos adaptá-lo e concordo que seria muito mais rápido e direto para quem vem dos Altares, dos Biscoitos e de toda aquela zona norte da ilha; contudo, tenho dúvidas que seja benéfico para quem vier dos lados da Praia da Vitória porque terá que virar à esquerda em cima de uma curva de visibilidade reduzida e recorro que houve ali muitos acidentes com trânsito de pesados.

Teria que ser feito um melhoramento enorme naquele espaço, provavelmente fazendo desaparecer a casa que está situada naquele ilhéu, ou arranjar maneira de projetar a estrada por outro lado. Como o senhor presidente da Câmara sabe, há também ali cursos de água, o que implica outro problema, por isso não será uma obra simples e fácil apenas com a aplicação de um pouco de asfalto para que fiquemos com um acesso alternativo ao hospital. É uma obra complicada mas é preciso descomplicar porque é extremamente necessária.

**Sr. presidente da Câmara** – Estamos a pensar em ter ali um acesso em que os utentes não devem entrar por ali e o portão só deve ser aberto em situações de emergência. Quem viesse da Praia da Vitória, teria que sair na rotunda de São Bento e circular até ali, mas apenas em situações de emergência.

A questão da água foi resolvida em boa parte num investimento conjunto entre a Câmara e o Governo Regional, em que se fez a recanalização da ribeira. Devem ter reparado que já choveu imenso e nunca mais saiu toda aquela água por São Rafael fora. Nesta altura é mesmo necessário asfaltar aquele caminho para que seja utilizado apenas como via acesso de emergência ao hospital, caso o acesso principal fique bloqueado por qualquer razão.

*Terminadas as intervenções, a informação da atividade municipal foi considerada apreciada pela Assembleia Municipal. (30/2024/AMAH).*

*Interrupção dos trabalhos para almoço.*

**1.2 – Terceira Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da CMAH para 2024. Para aprovação do órgão deliberativo municipal nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara** – Esta é uma revisão mínima e com pouco interesse mas a lei obriga que seja feita e visa apenas dois objetivos: integrar no orçamento cerca de 14 mil euros que foram recebidos de um subsídio do Fundo Ambiental relacionado com uma viatura elétrica que foi adquirida pelo município e permitir a divisão por dois anos económicos, do financiamento do restauro de obras de arte na Igreja do Colégio porque, tendo em conta a evolução do processo contratual, chegou-se à conclusão que esse restauro só ficará concluído no primeiro semestre do ano que vem. A despesa que estava prevista integralmente para este ano terá que ser repartida por dois anos económicos.

*A Terceira Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da CMAH para 2024 foi aprovada por maioria com 23 votos a favor (17 do PS e 6 da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM) e 8 abstenções da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM. (31/2024/AMAH)*

**1.3 – Adesão do Município de Angra do Heroísmo à Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AMPV). Para ratificação do órgão deliberativo municipal nos termos do n.º 1 do artigo 108.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sra. vereadora Fátima Amorim** – O município de Angra do Heroísmo recebeu um convite da Associação de Municípios Portugueses do Vinho, tendo em conta o trabalho que temos vindo a desenvolver nesta área, não só através do «Wine In Azores – Terceira» em que temos feito um esforço para que os produtores da ilha Terceira estejam lá representados e possam promover os seus vinhos, como também pela oportunidade que tivemos em marcar presença na Alma do Vinho em Alenquer em 2023, uma feira de grande importância para a promoção de vinhos de produtores terceirenses. A maior parte dos produtores tem as suas vinhas na freguesia dos Biscoitos no concelho da Praia da Vitória mas há também alguns no concelho de Angra.

Pertencemos também à Mesa da Viticultura que foi criada pela Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, além de todo o apoio que a Confraria do Vinho Verde dos Biscoitos nos tem solicitado para desenvolver ações na ilha Terceira, nomeadamente através de *workshops* e sessões de divulgação junto dos viticultores.

*A Assembleia Municipal ratificou por unanimidade, a adesão à Associação em causa. (32/2024/AMAH)*

**1.4 – Proposta de atribuição de Medalha de Honra do Município ao Regimento de Guarnição N.º 1 pelo seu papel relevante na história da cidade de Angra do Heroísmo. Para votação do órgão deliberativo.**

**Sr. presidente da Câmara** – O Regimento de Guarnição N.º 1 é o herdeiro de uma sequência de unidades militares que foram instaladas no Castelo de São João Batista desde a Restauração de 1642. Tem uma importância histórica enorme, sendo uma das mais antigas

unidades do Exército Português com funcionamento contínuo ao longo dos tempos, à qual estão ligados, praticamente todos os homens desta terra que cumpriram o serviço militar obrigatório, particularmente os que participaram nas campanhas da guerra colonial e foram integrados no antigo BI17, o antecessor do RG1.

Esta unidade militar teve sempre uma relação de grande proximidade com o nosso município, particularmente em matérias de proteção civil, por isso esta acaba por ser também uma homenagem à cidade de Angra e a todos nós. O nosso brasão, que podemos ver no teto deste salão nobre, tem aquele braço armado, um sinal de que Angra do Heroísmo era uma praça-forte por ter um regimento aqui sediado. A cidade e o Regimento de Guarnição N.º 1 estão intimamente ligados. Esta distinção honra o município e também o Exército, em particular esta unidade militar.

**Sr. d. m. Carlos Costa Neves** – A Coligação adere formalmente a esta proposta. Recordo que foi daqui que partiu um dos símbolos da região com a divisa «Antes morrer livres que em paz sujeitos» e é bom que nos lembremos constantemente disto em termos pessoais, de concelho, de ilha e de região. Partindo do indivíduo para a comunidade: «Antes morrer livres que em paz sujeitos.»

A atribuição de Medalha de Honra ao Regimento de Guarnição N.º 1 foi aprovada por unanimidade. (33/2024/AMAH).

### **1.5 – Proposta de atribuição de Medalha de Mérito Profissional a Leonildo Garcia de Vargas pelo seu percurso profissional. Para votação do órgão deliberativo por escrutínio secreto.**

Por se tratar de um familiar, a senhora deputada municipal Marília Vargas informou que se ausentaria da sala durante a votação desta proposta.

**Sr. presidente da Câmara** – Esta proposta de atribuição da Medalha de Mérito Profissional ao senhor engenheiro Leonildo Vargas foi aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal. Trata-se de uma pessoa com uma história de vida notável no que diz respeito à sua atividade cívica e ao seu percurso pessoal e profissional, por isso deve merecer a homenagem do nosso município. É nesse sentido que vos propomos que lhe seja atribuída a Medalha de Mérito Profissional.

**Sr. d. m. Carlos Costa Neves** – Faço minhas as palavras do senhor presidente da Câmara e concordamos com esta atribuição da Medalha de Mérito Profissional a Leonildo Garcia de Vargas. Porque andei nessa atividade durante muitos anos, se não estou em erro, gostaria de recordar que foi o único presidente regional do Partido Socialista.

**Sr. d. m. José Toste** – Comunico a adesão integral do grupo municipal do Partido Socialista a esta proposta da Câmara Municipal, que votaremos favoravelmente pelos motivos que foram aqui evocados.

*A atribuição da Medalha de Mérito Profissional a Leonildo Garcia de Varças foi aprovada por maioria após votação por escrutínio secreto. (34/2024/AMAH).*

**1.6 – Proposta de atribuição de Medalha de Mérito Cultural a Moisés da Rocha Mendes pelo seu relevante contributo na cultura. Para votação do órgão deliberativo por escrutínio secreto.**

**Sr. presidente da Câmara** – Trata-se também de uma personalidade sobejamente conhecida. O Moisés Mendes é o homem que, no fim de contas, acaba por ser a alma do grupo PEDRA-MÓ e do teatro nos Altares, responsável também pelo festival de teatro que se realiza nas freguesias do noroeste da ilha Terceira. Tem um percurso cultural ímpar associado a múltiplas outras coletividades, nomeadamente a Casa do Povo e a Sociedade Altarenses, nas quais prestou relevantes serviços. Ao atribuímos esta distinção, estamos a reconhecer uma dedicação muito grande à cultura e a um trabalho extraordinário feito na dinamização do teatro na zona mais rural do nosso concelho.

**Sra. d. m. Luísa Barcelos** – A história de Moisés da Rocha Mendes está intimamente interligada com a promoção da arte, da cultura e do teatro na costa noroeste da ilha Terceira. São bem merecidas todas as homenagens a quem divulga e bem, a nossa tradição, principalmente nas zonas mais rurais com menos acesso à cultura da forma mais nobre, que é o teatro.

**Sra. d. m. Cidália Parreira** – Muito boa tarde senhora presidente e senhoras secretárias da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais.

Quero associar a bancada do Partido Socialista à atribuição desta medalha com todo o mérito ao senhor Moisés da Rocha Mendes, com quem tive o privilégio de trabalhar. O senhor Moisés é, sem dúvida, o símbolo da cultura nos Altares, um professor para todos os que passaram pelo grupo de teatro.

*A atribuição da Medalha de Mérito Cultural a Moisés da Rocha Mendes foi aprovada por unanimidade após votação por escrutínio secreto. (35/2024/AMAH).*

**1.7 – Proposta de atribuição de Medalha de Mérito Cultural ao Grupo Folclórico das Doze Ribeiras. Para votação do órgão deliberativo.**

**Sr. presidente da Câmara** – O Grupo Folclórico das Doze Ribeiras fez cinquenta anos este ano. Tem um percurso notável no seu pioneirismo no que diz respeito à criação e manutenção de uma casa etnográfica com interesse museológico, um local de referência para quem visita a ilha Terceira, e também nos trajes e à maneira como tem vindo a apresentar o nosso folclore. É um grupo que merece esta distinção e a consideração desta casa.



**Sr. d. m. José Toste** – O grupo municipal do Partido Socialista associa-se a esta proposta da Câmara Municipal pelos cinquenta anos do Grupo Folclórico das Doze Ribeiras, destacando o trabalho feito por aquela instituição, não só ao nível folclórico, mas também etnográfico e pela conservação das nossas tradições. Qualquer instituição que comemore cinquenta anos é motivo de regozijo para o grupo municipal do Partido Socialista, para esta Assembleia Municipal e também para o município. O grupo municipal do PS votará favoravelmente esta proposta apresentada pela Câmara Municipal.

**Sra. d. m. Luísa Barcelos** – O grupo municipal da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) associa-se também a esta atribuição da Medalha de Mérito Cultural ao Grupo Folclórico das Doze Ribeiras, um exemplo de que é possível, ao longo de cinquenta anos, constituir-se um marco de referência de identidade, de modas e do ser-se terceirense. O Grupo Folclórico das Doze Ribeiras continua a honrar os trajes que veste, na ilha, na região e também nas expedições nacionais que tem vindo a fazer como marca identitária da nossa ilha Terceira.

*A atribuição da Medalha de Mérito Cultural ao Grupo Folclórico das Doze Ribeiras foi aprovada por unanimidade. (36/2024/AMAH).*

#### **1.8 – Proposta de atribuição de Medalha de Mérito Desportivo a João Barcelos a título póstumo pelo relevante contributo para a cultura ao longo de 50 anos. Para votação do órgão deliberativo por escrutínio secreto.**

**Sr. presidente da Câmara** – Infelizmente esta é uma medalha que chega a título póstumo. Esta Assembleia teve a oportunidade de manifestar o seu pesar pelo falecimento do homenageado, que dedicou uma vida inteira ao desporto e à promoção do futebol, particularmente numa área muito importante que é a formação das camadas mais jovens, tendo criado uma escola que ainda hoje funciona bem. Existe um torneio com o seu nome, que também o homenageia por um percurso de muitos anos, não apenas ao nível do Sport Clube Angrense, mas também da sua participação na associação, entre muitos outros cargos que ocupou no âmbito desportivo.

*A atribuição da Medalha de Mérito Desportivo a João Barcelos a título póstumo foi aprovada por maioria após votação por escrutínio secreto. (37/2024/AMAH).*

#### **1.9 – Relatório Anual de Atividades e Avaliação de 2023, da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens) de Angra do Heroísmo. Para conhecimento da Assembleia Municipal.**

**Sr. presidente da Câmara** – Este relatório é apresentado à Assembleia Municipal para conhecimento para que possamos acompanhar de perto o que vai acontecendo ao nível desta comissão. Infelizmente, as notícias não são todas boas, mas temos entre nós o presidente cessante da CPCJ que, melhor do que eu, poderá fazer-nos um resumo do referido relatório.

**Sr. d. m. João Mateus** – Boa tarde senhora presidente da Assembleia e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais.

A CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens) de Angra do Heroísmo é obrigada a enviar o relatório para o Ministério Público, para a Comissão Nacional e para a Assembleia Municipal. O que saía do relatório em si era um conjunto de ficheiros zipados, contendo dados e quadros e não dava para perceber quase nada sobre o funcionamento da comissão, por isso entendeu-se por bem fazer um mini relatório para apresentar apenas à Assembleia Municipal, já que não é obrigatório para as outras entidades atrás referidas.

O ano passado verificou-se um aumento de 11 % nas comunicações feitas à CPCJ. Dos 423 processos recebidos, 409 foram acompanhados e objeto de deliberação. Foram registados 545 atendimentos e 135 visitas domiciliárias.

As cinco principais causas sinalizadas são: os comportamentos que comprometem o bem-estar e o desenvolvimento das crianças com 128 casos (32 %), a negligência com 104 casos (26 %), os comportamentos assumidos pelas crianças ou jovens que comprometem o seu bem-estar e desenvolvimento, 73 casos (18 %), situações relacionadas com a educação, 35 casos (8,8 %) e os maus tratos (26 %).

No que diz respeito às crianças e jovens expostos a comportamentos que possam afetar o seu bem-estar, as maiores problemáticas têm a ver com violência doméstica (62 %) e consumo de estupefacientes (24,6 %).

Quando são os jovens a assumirem comportamentos que põem em causa o seu bem-estar e desenvolvimento, 30 % dos casos têm a ver com questões de comportamentos (...) sociais e à volta de 31 % relacionados com situações de *bullying*.

Dos quatrocentos casos que foram acompanhados pela comissão, 23 % correspondem a uma faixa etária dos zero aos cinco anos de idade. São casos que foram registados o ano passado mas transitaram de anos anteriores.

O ano passado foram instaurados 160 processos, a maior parte respeitantes a crianças dos zero aos cinco anos de idade, seguindo-se as faixas etárias dos onze aos catorze e dos quinze aos dezassete anos de idade.

As entidades que mais sinalizam as situações à CPCJ de Angra do Heroísmo são as autoridades policiais (30 %), os serviços de ensino (20 %), as sinalizações anónimas e o Ministério Público, o equivalente a 73 % das sinalizações que recebemos na comissão. A maior parte é feita por escrito e por correio eletrónico mas também recebemos sinalizações de forma anónima.

A maior parte dos processos arquivados foi por remessa ao Ministério Público (39 %), porque a medida se concretizou ou não fazia sentido de haver medida (26 %) e casos em que deixou de haver situação de perigo (18 %). A maior parte dos casos de remessa ao Ministério Público resulta da não prestação de consentimento para a intervenção da comissão, ou seja, quando iniciamos um processo é obrigatório obter o consentimento dos pais ou dos representantes legais, bem como da criança ou jovem. Uma criança com doze anos já tem

direito a prestar o seu consentimento e se não o fizer, temos que enviar o processo para o Ministério Público para depois seguir a sua tramitação normal.

De 2023 para 2024 transitaram 214 processos, ou seja, a 1 de janeiro de 2024 tínhamos 214 processos ativos, um acréscimo de 20 % em relação ao ano anterior e a maior parte das medidas aplicadas é junto dos pais, quase 90 %.

O relatório é muito mais exaustivo e contém muitas informações adicionais, dando para perceber também quais as faixas etárias com maior percentagem de processos e os tipos de situações registadas.

Lembro perfeitamente o que o senhor deputado Carlos Costa Neves disse aqui numa sessão da Assembleia Municipal e gostaria que soubessem que cada vez é mais complicado fazer parte de uma comissão como a CPCJ porque as pessoas têm que estar sempre disponíveis. O meu telemóvel está ligado 24 horas por dia ao dispor da comissão. As coisas não são nada fáceis e tem que haver quórum para serem tomadas decisões, nem que seja às três horas da manhã, principalmente nos casos mais complicados em que as crianças têm que ser retiradas.

Cada vez é mais difícil arranjar quem queira fazer parte destas comissões por não haver qualquer tipo de compensação, e não me refiro a questões financeiras. Trata-se de outro tipo de compensações para que as pessoas se possam dedicar a tempo inteiro. Esse apoio não existe, o que cria problemas sérios ao funcionamento das comissões porque as pessoas não têm que estar disponíveis 24 horas por dia e até durante o período de férias.

A semana passada havia pessoas fora da região em formação, que tinham que se manter disponíveis e com o telemóvel ligado, caso fossem necessárias para que houvesse quórum e se pudesse tomar uma decisão. Nos casos de urgência, como as retiradas de crianças, temos que comunicar de imediato ao Ministério Público e tem que haver homologação da parte de um juiz no espaço de 48 horas.

Em relação à articulação com outros serviços, tentamos colaborar na medida do possível e temos consciência de que as coisas não são fáceis de resolver. Quero também que tenham noção que, para nós que fazemos parte das comissões, é altamente frustrante quando temos consciência do problema que temos pela frente e não conseguimos resolvê-lo porque não há solução possível. Perdemos muitas noites de sono ao pensarmos como e se será possível resolver aquele problema, porque muitas vezes não há soluções para as situações com que nos deparamos.

Nada disto é fácil mas as coisas têm que ser feitas seja à hora que for. Estou de saída no fim do meu mandato e gostaria que a CPCJ de Angra do Heroísmo fosse olhada de forma diferente. As pessoas têm que estar atentas aos problemas com que as comissões se deparam. Era basicamente isto que pretendia partilhar convosco e ficarei disponível para aquilo que puder e souber responder. Muito obrigado.

**Sra. d. m. Luísa Barcelos** – Agradeço o relatório aqui apresentado pelo senhor deputado João Mateus que, infelizmente, reflete um pouco a tendência do país com um volume elevado

de menores, que são bem acompanhados, muitos devido à exposição a comportamentos de violência doméstica. Mais do que refletir, é importante entender o impacto e a importância destas respostas sociais para as crianças e jovens, principalmente numa primeira infância e em ambientes mais vulneráveis, funcionando como fator de proteção face a ambientes familiares adversos.

Penso que todos já percebemos que o funcionamento das CPCJ em Portugal tem que ser revisto de verdade. Não se pode exigir dedicação total a técnicos que pertençam a uma CPCJ de forma não totalmente afeta, porque estamos perante temáticas altamente especializadas e sensíveis com impactos na vida de uma criança e do seu agregado familiar.

A missão da CPCJ é salvaguardar o superior interesse da criança, por isso temos que ter em conta as condições de trabalho de quem salvaguarda o interesse das crianças. Se essas condições de trabalho não estiverem asseguradas, muito dificilmente podemos exigir mais de quem já dá tudo o que tem.

*A Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório da CPCJ de Angra do Heroísmo constante do Ponto 1.9. (38/2024/AMAH).*

## **2 – DOS GRUPOS MUNICIPAIS DO PS E DA COLIGAÇÃO (PPD/PSD – CDS-PP – PPM):**

### **2.1 – Voto de Congratulação ao Sport Clube Lusitânia pela subida à 1.ª Divisão na modalidade de Futsal. Para votação do órgão deliberativo.**

*O senhor deputado municipal João Moniz procedeu à leitura do voto em epígrafe.*

#### **VOTO DE CONGRATULAÇÃO:**

##### **Ao Sport Clube Lusitânia pela subida à 1.ª Divisão na modalidade de Futsal.**

O Lusitânia, no Futsal, atinge o patamar máximo, a Liga Placard.

O Sport Club Lusitânia, fundado em 1922, é um dos clubes carismáticos dos Açores. Entre muitos títulos e marcos históricos do futebol e do basquetebol, destaca-se o mais recente marco alcançado, a subida à Liga Placard de Futsal, o patamar mais alto da modalidade.

Em 2014, a afluência ao Futsal era muita pela ilha inteira e um grupo de amigos lusitanistas sugeriu à comissão administrativa liderada pelo João Orlando, a criação de uma nova modalidade no clube da Rua da Sé, o Futsal.

João Sousa, mais conhecido por João Trulu, começou a construir a direção de Futsal e uma equipa de jogadores amadores locais. Nesta época de estreia, o Campeonato da Ilha Terceira, alcançaram o quarto lugar em dez equipas.

Passados dois anos e já com algumas mudanças no plantel e na equipa técnica, a equipa sagra-se campeã da ilha e com isso a possibilidade de subir à 3.ª Divisão Nacional - Série Açores com Frederico Cardoso ao leme da equipa. Os mesmos jogadores que foram campeões da ilha, no ano seguinte ganharam a 3.ª Divisão da Série Açores.

Em 2021 são novamente campeões da Série Açores e com isto passam para a 2.<sup>a</sup> Divisão de Futsal, conseguindo no ano seguinte a sua manutenção.

Em 2022 e 2023 o presidente do clube Luís Carneiro fez uma aposta na equipa de Futsal para que atingisse o patamar da 1.<sup>a</sup> Divisão, mas foi na presente época 2023/2024 que consegue a subida à 1.<sup>a</sup> Divisão, alcançando o 2.<sup>o</sup> lugar da fase de subida da 2.<sup>a</sup> Divisão Nacional de Futsal com José Feijão como treinador principal.

Pela rápida ascensão no percurso desportivo em tão pouco tempo na modalidade de Futsal na equipa do Sport Clube Lusitânia, culminado esta época pela subida à 1.<sup>a</sup> Divisão do Futsal português – Liga Placard, os grupos municipais do Partido Socialista e da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) propõem a esta Assembleia Municipal que aprove este Voto de Congratulação.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 19 de junho de 2024.

O Voto de Congratulação ao Sport Clube Lusitânia foi aprovado por unanimidade. (39/2024/AMAH).

## **2.2 – Voto de Congratulação ao Sport Clube Lusitânia pela subida à 3.<sup>a</sup> Divisão na modalidade de Futebol Sénior. Para votação do órgão deliberativo.**

A senhora deputada municipal Cecília Costa procedeu à leitura do voto em epígrafe.

### **VOTO DE CONGRATULAÇÃO:**

#### **Ao Sport Clube Lusitânia pela subida à 3.<sup>a</sup> Divisão na modalidade de Futebol Sénior.**

O Sport Clube Lusitânia, sediado num solar e antiga casa de Dona Violante do Canto na Rua da Sé na freguesia da Sé, concelho de Angra do Heroísmo, ostenta orgulhosamente o valor de «o mais campeão dos campeões açorianos», acumulando um palmarés de vitórias e de conquistas nos mais de cem anos de história do clube.

Sendo um emblema eclético ao longo da sua existência, o Sport Clube Lusitânia tem desenvolvido as modalidades de Atletismo, Ciclismo, Andebol, Futsal, Hóquei em patins, Ténis de mesa e Basquetebol, sendo de especial relevância a prática de Futebol.

Nos anos de ouro do futebol da ilha Terceira, as tardes do domingo eram passadas com os jogos locais e com os campos cheios de gente, a altura em que o Lusitânia jogava no, agora centenário, Campo de Jogos Municipal de Angra do Heroísmo, o principal palco das suas maiores vitórias.

Sendo rico e vasto o historial, especialmente ao nível de futebol, que lhe valeu um domínio quase absoluto na região com mais de quinhentas taças conquistadas, a equipa principal de futebol do Sport Clube Lusitânia foi a primeira dos Açores a entrar em campeonatos nacionais em 1978/1979 e a única que, desde então, nunca desceu aos distritais. O Lusitânia foi também o primeiro clube açoriano a subir ao 2.<sup>o</sup> Escalão do Futebol Nacional em 1980, onde se manteve por mais de uma dezena de épocas.

O Sport Clube Lusitânia enfrentou uma grave crise financeira que levou à extinção de algumas modalidades e só a muito custo, o clube conseguiu manter o Futebol e o Basquetebol, tendo sido capaz de reativar o Futsal e mais recentemente, o Voleibol Feminino.

Pela história do clube e a sua irreverência vencedora, foi com natural entusiasmo e ambição que o Sport Clube Lusitânia conseguiu subir à Liga 3 no passado mês de maio, um feito alcançado uma época depois de a equipa ter conseguido subir dos distritais ao campeonato de Portugal para gáudio dos cerca de 150 adeptos açorianos que os acompanharam a Santarém e para todos os angrenses e açorianos em geral.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, os grupos municipais da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) e do Partido Socialista propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária a 19 de junho de 2024, a aprovação de um Voto de Congratulação ao Sport Clube Lusitânia pela subida à 3.ª Liga de Futebol de Portugal, fazendo votos de muito sucesso na época que se avizinha.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento aos órgãos sociais do Sport Clube Lusitânia, à Direção Regional do Desporto, à Associação de Futebol de Angra do Heroísmo e à Assembleia de Freguesia da Sé.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 19 de junho de 2024.

O Voto de Congratulação ao Sport Clube Lusitânia foi aprovado por unanimidade. (40/2024/AMAH).

### **2.3 – Voto de Congratulação pelos 150 anos do Império do Espírito Santo do Galinho sito na vila do Porto Judeu. Para votação do órgão deliberativo.**

A senhora deputada municipal Honória Leandro procedeu à leitura do voto em epígrafe.

#### **VOTO DE CONGRATULAÇÃO:**

**Pelos 150 anos da Irmandade do Império do Espírito Santo do Galinho na vila do Porto Judeu.**

O Império do Galinho, assim conhecido, é um dos três impérios do Espírito Santo situado na Grota do Tapete no Caminho da Cidade, freguesia da vila do Porto Judeu.

Sendo inviável determinar-lhe a idade por falta de documentação, guiámo-nos pelos estatutos, sendo estes os mais antigos e datados de 10 de outubro de 1874, data que assumimos como criação do mesmo. Este Império servia toda a população do Caminho da Cidade e do Outeiro, (atual Ponta Nova da freguesia da Feteira). Inicialmente em madeira, crê-se que o atual edifício foi erguido em 1933.

Segundo a história contada pelos nossos antepassados, foram alguns irmãos do Império do Galinho que tomaram a iniciativa de comprar e ceder à Câmara Municipal de Angra, o terreno para que fosse construída a Escola Brianda Pereira, que a muitos serviu e educou.

Inicialmente gerido por um procurador designado entre os irmãos com mandato de um ano e um mordomo por cada bodo, em 2009 viu os seus estatutos alterados enquanto pessoa jurídica privada do foro canónico que se propõe propagar e fomentar, segundo as leis da Igreja e os regulamentos da Diocese, o culto da Terceira Pessoa da Santíssima Trindade, sendo os corpos gerentes, uma mesa administrativa, um conselho fiscal, a assembleia geral e a comissão para as festas que, neste último caso, são os dois irmãos nomeados para os respetivos, primeiro e segundo bodos.

À semelhança dos restantes, o Império do Galinho celebra as festas do Divino Espírito Santo aos domingos de Pentecoste e da Trindade.

Para os irmãos do Império do Galinho, atualmente 33, é sempre uma honra poder organizar uma semana de festa, dando assim continuidade às tradições das gerações anteriores. A festa no Império do Galinho é uma semana de partilha, reflexão e oração, um período de fé e agradecimento por todas as graças concedidas pelo Espírito Santo.

Todos os anos a receita repete-se e os preparativos vão de acordo com o que cada mordomo pretende realizar nesta semana. Fazer o altar em casa ou rezar no império, realizar o jantar em casa ou na escola, coroar ou não, são algumas das decisões que habitualmente são tomadas com a devida antecedência.

Como já é prática e tradição, na sexta-feira faz-se um pequeno desfile com um bezerro enfeitado até à casa do mordomo ou ao império, onde é benzido, seguindo os irmãos de bodo e os convidados para o jantar do bezerro que habitualmente é servido no edifício da antiga Escola Brianda Pereira.

No sábado são distribuídas as irmandades, o pão, a carne e o vinho, entregues em casa de cada irmão. É também no sábado que acontece a mais peculiar tradição do Império do Galinho, o chamado dia do “molho”, nada mais do que o dia em que é feita a fressura e onde todos os irmãos do Galinho estão presentes para partilhar.

Em caso de haver promessa de coroação, esta tem lugar logo após a Eucaristia Dominical, fazendo-se de seguida uma procissão da Igreja até o Império onde é distribuído o chamado pão dos pobres que é entregue a todos os presentes. Após a distribuição, os convidados dirigem-se ao local para o almoço onde é servida a tradicional sopa do Espírito Santo.

Ao entardecer do domingo, as portas do Império estão abertas a todos. Por norma, juntam-se os irmãos para a habitual e anual confraternização e arrematação das dádivas ao Espírito Santo. É já no segundo bordo que, após esta confraternização, são apresentadas as contas e nomeados os mordomos para o ano seguinte.

A Irmandade do Império do Espírito Santo do Galinho do Porto Judeu tem vindo, como todas as outras, a tentar resistir às mudanças dos tempos, mantendo as tradições. Foi nos últimos dez anos que se iniciaram os maiores esforços para a remodelação e beneficiação do edifício do Império, assim como as condições a proporcionar aos seus irmãos. Esta irmandade preza-se a servir, não só os seus irmãos, mas também todos aqueles que necessitarem de ajuda.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, os grupos municipais do Partido Socialista e da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) propõem à Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária no dia 19 de junho de 2024, que seja aprovado um Voto de

Congratulação pelo 150.º aniversário da Irmandade do Império do Espírito Santo do Galinho do Porto Judeu.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Irmandade do Espírito Santo do Galinho do Porto Judeu, assim como à Junta de Freguesia e à Assembleia de Freguesia da vila do Porto Judeu.

Salão nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 19 de junho de 2024.

**Sra. d. m. Honória Leandro** (presidente da J. F. do Porto Judeu) – Boa tarde senhora presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Esta é uma irmandade muito pequena composta por 33 irmãos, mas com muito valor porque tem conseguido fazer a sua festa ano após ano sem interrupções. Acho que é de louvar a irmandade deste Império do Espírito Santo do Galinho da vila do Porto Judeu que continua a honrar a sua fé.

*O Voto de Congratulação pelos 150 anos do Império do Espírito Santo do Galinho na vila do Porto Judeu foi aprovado por unanimidade. (41/2024/AMAH).*

#### **2.4 – Voto de Pesar pelas cheias ocorridas no Rio Grande do Sul – Santa Catarina – Brasil. Para votação do órgão deliberativo.**

*O senhor deputado municipal Rogério Sousa procedeu à leitura do voto em epígrafe.*

#### **VOTO DE CONGRATULAÇÃO:**

##### **Pelas cheias ocorridas em Santa Catarina no Rio Grande do Sul, Brasil.**

O grupo municipal do Partido Socialista à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e o grupo municipal da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) expressam a sua mais profunda solidariedade para com o povo brasileiro, especialmente aos cidadãos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que recentemente sofreram com as tragédias decorrentes das intensas chuvas e cheias dos passados meses de abril e maio de 2024.

Estes eventos desastrosos considerados a maior tragédia climática da história do Estado do Rio Grande do Sul, resultaram na perda de 143 vidas humanas, afetando diretamente, pelo menos 2 milhões de pessoas e deixando as cheias, um rastro de destruição e sofrimento por onde passaram.

Reconhecemos o impacto devastador dessas catástrofes naturais e associámo-nos à dor das famílias que perderam entes queridos, amigos e vizinhos, assim como bens materiais e condições de trabalho e de vida.

Manifestamos o nosso apoio às comunidades que enfrentam a difícil tarefa de reconstruir as suas vidas e as suas casas e expressamos o respeito destas bancadas municipais pela coragem



e resiliência demonstradas diante de tão grandes adversidades, atitudes similares com as nossas açorianas e com elas relacionadas.

O município de Angra do Heroísmo destaca as semelhanças entre as comunidades de Santa Catarina e as nossas nos Açores, tanto ao nível arquitetónico, quanto no caráter do seu povo, ressaltando as raízes culturais e a história partilhadas entre as nossas regiões, as quais reforçam ainda mais o sentimento de empatia e solidariedade neste momento difícil.

Sabemos que em situações como esta, a solidariedade internacional é essencial, por isso queremos reafirmar o nosso compromisso em estar ao lado do povo brasileiro.

Acreditamos que este Voto de Pesar será entendido como um pequeno gesto de união e esperança na crença de que, juntos, podemos superar os desafios e reconstruir um futuro melhor.

Nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o grupo municipal do Partido Socialista e o grupo municipal da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) propõe à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária no dia 19 de junho de 2024, a aprovação deste Voto de Pesar pela tragédia ocorrida com o povo brasileiro, em particular de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Brasil.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 19 de junho de 2024.

**Sr. presidente da Câmara** – A Câmara Municipal associa-se a este Voto de Pesar, lembrando que Angra do Heroísmo tem duas cidades irmãs nesta região, às quais daremos conhecimento da aprovação deste voto.

Por coincidência, nos dias em que estas cheias ocorreram estava entre nós um grupo de dança oriundo de uma das cidades mais martirizadas. Foi para eles, extremamente doloroso assistirem aqui à distância ao que lá estava a acontecer e, tanto quanto percebi, a maior parte dos membros do grupo tinham também as suas casas alagadas.

Esta tragédia ocorreu com gente que nos é próxima e faz todo o sentido que aqui se aprove este Voto de Pesar, dando dele conhecimento a essas cidades que são nossas parceiras.

*O Voto de Pesar pelas cheias ocorridas em Santa Catarina, Rio Grande do Sul no Brasil foi aprovado por unanimidade. (42/2024/AMAH).*

## **2.5 – Proposta de atribuição de Medalha de Mérito Filantrópico a Jácome Augusto Paim de Bruges Bettencourt. Para votação do órgão deliberativo por escrutínio secreto.**

*O senhor deputado municipal João Enes procedeu à leitura da proposta em epígrafe.*

Jácome Augusto Paim de Bruges Bettencourt nasceu a 5 de setembro de 1946 na freguesia da Matriz, cidade da Horta, ilha do Faial, Açores. Iniciou os seus estudos na terra natal até ao exame da 3.<sup>a</sup> classe, realizando depois o exame da 4.<sup>a</sup> classe em Oeiras e o exame de admissão ao ensino secundário no Liceu Nacional de Oeiras, tendo frequentado o Colégio

Oliveira Martins na Amadora. Fez o curso geral, liceal e complementar no Liceu Passos Manuel em Lisboa, o Colégio Manuel Bernardes na Quinta dos Azulejos, Paço do Lumiar em Lisboa, os liceus de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo e prosseguiu a sua formação nas antigas Escolas de Regentes Agrícolas de Santarém e Évora (D. T. 4.º e 5.º ano).

Fez formações na área da comunicação institucional autárquica, nomeadamente pelo CENJOR e Associação Nacional dos Municípios Portugueses em Lisboa e Coimbra. Participou em vários encontros de boletins municipais em Santarém, Alfândega da Fé, Angra do Heroísmo, Almada, Câmara de Lobos, Beja, Amadora, etc. Foi responsável pela coordenação do Boletim Municipal de Angra, que ganhou três prémios A.T.A.M., um deles, como referiu o “Diário Insular” a 12 de abril de 1994, foi-lhe atribuído por voto secreto de cerca de meia centena de boletins congéneres por o considerarem o melhor órgão de informação autárquico de Portugal e assim Prémio Nacional dos Boletins Municipais/1994, entregue durante o V Encontro Nacional respetivo.

É funcionário aposentado do município angrense onde trabalhou mais de três décadas no setor cultural e integra ainda a Comissão de Toponímia Angrense desde 2006. Organizou exposições de pintura, escultura, cerâmica, artesanato, colecionismo, fotografia, medalhas, verónicas, numismática, filatelia, ex-líbris, ex-votos, relógios, peças do tear, brinquedos, bengalas, bordões, leques, *scrimshaws* (dentes de cachalote gravados e objetos de marfim inerentes), pertences de cozinha, moinhos de café, artefactos da vitivinicultura, automóveis antigos: Passeio de automóveis antigos, da Madre de Deus para a Praça Velha em maio 1984 e Mostra de Automóveis Antigos no Museu d’Angra (19 de agosto de 1985), etc.

É Cônsul Honorário da República de Cabo Verde nos Açores cuja Carta Patente com Concessão de Exequátur é de 1996, cargo que deixou a 15 de maio de 2023 a seu pedido.

Exerceu o cargo de vice-presidente da Comissão Administrativa da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo após o 25 de abril de 1974. Foi Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo e, por inerência, vogal da antiga Comissão Distrital de Assistência entre 1974 e 1976. Fez ainda parte de elencos diretivos em várias instituições.

É colaborador em O.C.S. desde 1962, escrevendo em jornais e revistas, tanto dos Açores, como do continente, tendo-se iniciado com artigos no semanário "O Debate" (Lisboa) e no jornal Caricatura a carvão sobre papel feita por artista russo em S. Petersburgo 2009, Catedral de São Nicolau dos Marinheiros, (Panteon dos Czars) e em "O Telégrafo" (Horta).

Foi editor e diretor da revista Verdelho, órgão pertencente à Confraria do Vinho Verdelho dos Biscoitos, Terceira, da qual foi um dos confrades fundadores a 10 de março de 1993 e integrou cargos diretivos como o de Grão-Mestre de 2006 a 2010. Colaborou em programas culturais de Martins do Carmo no Rádio Clube d’Angra, de Emanuel Carreiro na RTP - Açores, de Fátima Lopes na TVI e do professor doutor José Hermano Saraiva na RTP.

Publicou seis livros e dezenas de trabalhos em órgãos de instituições de natureza cultural ou social. Tem também largas centenas de artigos publicados em mais de duas dezenas (títulos) de O.C.S. Nalguns dos seus escritos usa vários pseudónimos, como Ponce de Leão (P. de L.) Augusto da Horta (A. da H.) e J.B.B.

Prefaciou obras como “O Jogo do Pau na Ilha Terceira - Contribuição para a sua história” Ed. C.M.A.H. (1992) e “O Império da Caridade do Corpo Santo ou Ermida de S. João Baptista” Ed. da Comissão do seu Centenário (1995), obras de Paulo Ávila de Melo, assim como “Filósofos da Rua” 3.<sup>a</sup> Ed. C.M.A.H. (1993) e apresentação de “O Teatro Angrense - Elementos para a sua história” (1993) Ed. C.M.A.H., livros da autoria de Augusto Gomes, ou “Casa Museu de Francisco Ernesto Oliveira Martins” (1994) e posfácio à “Memória Histórica da Edificação dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo” Ed. C.M.A.H. (2016), entre outros textos a pedido de autores amigos.

É, cofundador da Confraria da Alcatra da Ilha Terceira em 14 de abril de 2006 e Confrade de Honra na categoria de Mestre da Confraria Gastronómica "Panela ao Lume" com sede em Guimarães, onde foi entronizado em 30 de setembro de 2006. Por unanimidade a mesma Confraria conferiu-lhe o Galardão de Excelência com o Grau de Amigo.

Realizou uma exposição de medalhas camonianas da Coleção Jácome de Bruges Bettencourt na Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo (Palácio Bettencourt) no Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas a 10 de Junho de 1982, mandando cunhar uma medalha alusiva ao evento.

Colaborou nas Comemorações Tricinquentenárias 1883 - 1983, da elevação da Horta de vila a cidade com uma exposição de Medalhas Camonianas da, já referida Coleção Jácome de Bruges a 10 de Junho de 1983 no salão da Sociedade Amor da Pátria. Na abertura deste ato, fez uma palestra sobre o tema "A Medalhística Portuguesa".

Integrou em representação do Instituto Açoriano de Cultura, a Comissão Executiva das Comemorações dos 450 anos da cidade de Angra do Heroísmo 1534 — 21 de Agosto — 1984. Em 1987 inicia um ciclo de exposições ex-librísticas, com peças da sua coleção, a maior dos Açores, por Angra, Horta, Ponta Delgada, Biscoitos, Lisboa e Évora.

Apresentou nos Paços do Concelho d'Angra uma exposição de marcas de posse bibliotecárias da Família Imperial Russa Romanov com vinte e duas peças de grande raridade. Na Horta, em outubro de 1995, na casa que foi da família Bensaúde, organizou com Sérgio Avelar, a exposição de ex-líbris “A Náutica na Ex-Librística Portuguesa” com catálogo de 42 páginas.

Fez mais de três dezenas de exposições, apresentando mais de 3 mil ex-líbris continentais e açorianos, assim como foram lançados livros da temática como a monumental obra “Ex-Líbris Portugueses Heráldicos”, da autoria de Sérgio Avelar Duarte, a caminho de três volumes.

É colecionador de antiguidades e investigador de arte, desde novo. Da sua passagem pela Misericórdia de Angra do Heroísmo, consta em ata de 18 de abril de 1978, aprovado por unanimidade da Mesa Administrativa, um Louvor “pela dedicação demonstrada no I Congresso Regional das Misericórdias dos Açores, que teve a seu cargo a organização de programas e contactos com as Misericórdias do Arquipélago e órgãos de comunicação social”.

Foi na década de 1990 homenageado pelo Grupo de Amigos Dou-Dão-Bai, constituído por membros das Confrarias do Douro, Dão e Bairrada, deslocados a Angra.

Em Assembleia Geral de 29 de junho de 2003 da Associação dos Imigrantes nos Açores – AIPA, é-lhe atribuída a qualidade de Sócio Honorário pelo excelente contributo dado ao fomento das relações entre a Região Autónoma dos Açores e Cabo Verde. A 12 de novembro

de 2016 a AIPA volta a prestar-lhe homenagem pelos 20 anos ao serviço da comunidade cabo-verdiana como Cônsul Honorário da República de Cabo Verde nos Açores.

Em 27 de abril de 2016, em cerimónia no Auditório professor doutor Adriano Moreira, da Sociedade de Geografia de Lisboa é-lhe entregue a Medalha de Mérito da Academia Portuguesa de Ex-Líbris, de que é sócio efetivo.

Como Cônsul desenvolveu interessante e intensa ação no estabelecimento de acordos juvenis, com especial incidência nos ensinos profissional e universitário, no sentido de maior aceitação de estudantes cabo-verdianos nos cursos ministrados na região autónoma dos Açores. Também fomentou com êxito o envio de livros, material escolar, brinquedos e medicamentos. Apoiou intercâmbios no desporto, entre os Açores e Cabo Verde. Incrementou geminações entre Cidades Cabo-Verdianas e Açorianas.

O Governo de Cabo Verde aprovou a atribuição da Medalha de Serviços Distintos ao Cônsul Honorário Jácome de Bruges Bettencourt.

Um dos livros de maior sucesso da sua autoria foi “A Cerâmica Terceirense na Obra do seu Maior Artista Joaquim Laureano” publicado em 1996, numa edição de 1000 exemplares.

Pelo seu percurso filantrópico, os grupos Municipais do Partido Socialista e da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM), nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária a 19 de junho de 2024, que seja atribuída uma Medalha de Mérito Filantrópico a Jácome Augusto Paim de Bruges Bettencourt.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 19 de junho de 2024.

*A atribuição de Medalha de Mérito Filantrópico a Jácome Augusto Paim de Bruges Bettencourt foi aprovada por maioria após votação por escrutínio secreto. (43/2024/AMAH).*

## **2.6 – Voto de Congratulação à atleta Irina Rodrigues que alcançou o 4.º lugar no Campeonato Europeu de Atletismo na modalidade de Lançamento de disco. Para votação do órgão deliberativo por escrutínio secreto.**

*A senhora deputada municipal Marília vargas procedeu à leitura do voto em epígrafe.*

### **VOTO DE CONGRATULAÇÃO:**

**À atleta Irina Rodrigues pelo 4.º lugar no Campeonato Europeu de Atletismo, modalidade de Lançamento de disco.**

Irina Rodrigues nasceu em Leiria em 1991.

Iniciou a sua formação desportiva na natação no Académico de Leiria e em 2004 começou a fazer atletismo na Juventude Vidigalense. É detentora dos recordes nacionais de Lançamento do disco do escalão infantil até ao escalão sénior. Tem vários títulos nacionais das camadas jovens e foi campeã de Portugal catorze vezes. Ganhou o Festival Olímpico da Juventude Europeia em 2007, medalha de bronze no Campeonato da Europa de Juniores em

2009 e medalha de bronze no campeonato da Europa de Sub23 em 2013. Representou a Europa no Match Europe vs USA em 2019, onde ficou em 4.º lugar e subiu nove vezes ao pódio da Taça da Europa de Lançamentos.

Participou nos Jogos Olímpicos de Londres em 2012 e nos de Tóquio em 2021, não tendo participado nos do Rio de Janeiro em 2016 por acidente na Aldeia Olímpica. Está qualificada para Paris 2024.

Esteve presente em seis campeonatos do mundo e seis Campeonatos da Europa de Pista ao Ar Livre, tendo sido finalista no Europeu de 2018, de 2022 e em Roma 2024.

Foi distinguida com o Prémio Stromp em 2010 na categoria "Atleta" e em 2013 na categoria "Europeu".

Frequentou o curso de Medicina durante a sua carreira desportiva, terminando o mestrado em julho de 2023.

Decide viver na ilha Terceira no ano de 2024 para poder trabalhar e treinar com o seu treinador Júlio Cirino da Rocha, tendo neste ano conseguido conciliar o seu trabalho como médica no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, apurar-se para os Jogos Olímpicos e bater o recorde nacional.

Recentemente em Roma, Irina Rodrigues alcançou o 4.º lugar nos Campeonatos Europeus de Atletismo na modalidade de Lançamento do disco.

Irina Rodrigues é um exemplo de determinação e perseverança e de como é possível conciliar a vida desportiva como a vida académica e profissional.

Os grupos municipais do Partido Socialista e da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) propõem, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, à Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária no dia 19 de junho de 2024, que seja aprovado um Voto de Congratulação a Irina Rodrigues pelo 4.º lugar obtido nos Campeonatos Europeus de Atletismo. Do presente voto deverá ser dado conhecimento à atleta e ao treinador Júlio Cirino da Rocha.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 19 de junho de 2024.

**Sra. d. m. Michéle Aguiar** – Numa época em que se fala muito na necessidade de fixação de profissionais de saúde, além dos incentivos governamentais, é importante o reconhecimento e o acolhimento por parte das instituições locais.

A doutora Irina Rodrigues, médica interna do Ano Comum escolheu o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira porque este concelho lhe proporciona as condições necessárias ao desenvolvimento da sua atividade desportiva.

Espero que este voto de reconhecimento do seu mérito desportivo seja um contributo para que, no futuro, a ilha Terceira e o HSEIT sejam opção para realização da especialidade e posteriormente cá fixar-se, porque as pessoas escolhem viver onde se sentem felizes.

*O Voto de Congratulação à atleta Irina Rodrigues foi aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto. (44/2024/AMAH).*

## **2.7 – Voto de Congratulação pelos cinquenta anos da Casa Silva. Para votação do órgão deliberativo.**

*O senhor deputado municipal Marcelo Pamplona procedeu à leitura do voto em epígrafe.*

### **VOTO DE CONGRATULAÇÃO:**

#### **Pelos cinquenta anos da Casa Silva.**

A atual Casa Silva é um marco histórico de Angra do Heroísmo, tendo inclusive chegado a ser sede do, já extinto, Jornal “A União”, assim como outros espaços de comércio e residência.

Espaço emblemático de Angra do Heroísmo, a Casa Silva foi fundada a 2 de dezembro de 1974 como camisaria, perfazendo cinquenta anos de existência.

Em 1985 deu-se a compra do edifício por parte do atual proprietário e posteriormente em 1987, a ampliação da loja de forma a comercializar também tecidos e retrosarias.

Mais tarde em 1999, a loja passou também a vender cortinados. Posteriormente em 2001, o negócio foi expandido e a partir desta data transformou-se também em pronto-a-vestir para homem e interiores.

Primando pela sua visão daquele que era o comércio local em Angra do Heroísmo, João Ramiro Silveira da Silva remodelou a loja em 2005, passando também a vender têxteis para lar e acessórios, assim como atalhados.

Ao longo dos anos e com o objetivo de melhorar cada vez mais o serviço ao comércio Angrense, a Casa Silva passou para pronto-a-vestir para senhora.

A casa que prima pela sua característica arquitetónica e pela sua conservação, pertence atualmente a João Ramiro da Silva, que está na sua história desde 1969, data em que começou a trabalhar como vendedor.

Atualmente a Casa Silva conta com quatro funcionários, sendo ainda aos dias de hoje, um dos principais espaços do comércio local da cidade.

Assim, os grupos municipais do Partido Socialista e da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) propõem, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, à Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária no dia 19 de junho de 2024, a aprovação deste Voto de Congratulação, devendo dar-se conhecimento do mesmo aos proprietários.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 19 de junho de 2024.

*O Voto de Congratulação pelos cinquenta anos da Casa Silva foi aprovado por unanimidade. (45/2024/AMAH).*

## **2.8 – Voto de Pesar pelo falecimento de Rui Manuel da Silva Coelho. Para votação do órgão deliberativo por escrutínio secreto.**

*O senhor deputado municipal José Toste procedeu à leitura do voto em epígrafe.*

## **VOTO DE PESAR:**

### **Pelo falecimento de Rui Manuel da Silva Coelho.**

Rui Manuel da Silva Coelho, nascido a 5 de outubro de 1954 na freguesia de São Pedro na ilha Terceira, deixou-nos no passado dia 9 de junho de 2024.

Destacou-se, ao longo da sua vida, pela contribuição que fez à comunidade ao nível da freguesia da Terra Chã e do concelho de Angra do Heroísmo.

Foi tesoureiro da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo entre 1988 e 1989.

Pertenceu à direção do Clube de Futebol Marítimo como tesoureiro nos anos de 1986 e 1987.

Pertenceu à Comissão das Sanjoaninas em 1987 na área do desporto e em 1988 na sua coordenação.

Foi presidente da Mesa da Assembleia Geral do Centro Comunitário da Terra Chã desde janeiro de 2008.

Presidente do Clube Desportivo de Belém da Terra Chã de 2006 a 2008.

Presidente da Casa do Povo da Terra Chã desde 2009.

Presidente da Fanfarrinha Operária Gago Coutinho e Sacadura Cabral de 2007 a 2019.

Foi membro da Assembleia de Freguesia da Terra Chã de 2013 a 2017, eleito pelo Partido Socialista.

Pertenceu por diversas vezes aos órgãos do Partido Socialista na freguesia da Terra Chã.

Foi presidente da Associação de Atletismo de Angra do Heroísmo na década de 1980 e presidente da Associação de Ciclismo da Ilha Terceira na década de 1970.

Os grupos municipais do Partido Socialista e da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) propõem à Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária no dia 19 de junho de 2024 e ao abrigo dos termos estatutários e regimentais aplicáveis, um Voto de Pesar pelo falecimento de Rui Manuel da Silva Coelho.

Deste voto deverá ser dado conhecimento à sua esposa e filhas.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 19 de junho de 2024.

**Sr. d. m. José Toste** – Com alguma liberdade e em jeito de conclusão deste voto, permitam-me destacar a capacidade de intervenção cívica que o senhor Rui Coelho sempre demonstrou nos mais diversos organismos em que participou. Toda esta listagem seria vaga e irrelevante, não fosse o contributo dado por cada uma destas pessoas quando faz parte destes órgãos. Merecem também destaque, todos aqueles que continuam a dar um bocadinho do seu tempo ao longo da vida para servirem a sociedade na qual estão inseridos, e o senhor Rui era certamente um grande exemplo disso.

**Sr. d. m. Bruno Fagundes** (presidente da J. F. da Terra Chã) – Na qualidade de presidente da Junta de Freguesia da Terra Chã quero manifestar o nosso agradecimento pelo muito que fez o senhor Rui Coelho nas diversas instituições da nossa freguesia. A sua partida

é, sem dúvida, uma grande perda para a nossa freguesia e um elemento a menos nas nossas instituições, já que, como todos sabem, são cada vez menos aqueles que delas querem fazer parte. O senhor Rui Coelho era uma pessoa muito ativa na freguesia da Terra Chã, que lamenta a sua perda.

*O Voto de Pesar pelo falecimento de Rui Manuel da Silva Coelho foi aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto. (46/2024/AMAH).*

## **2.9 – Voto de Congratulação pelo 25.º aniversário do Comando Regional da PSP. Para votação do órgão deliberativo.**

*O senhor deputado municipal Marcelo Pamplona procedeu à leitura do voto em epígrafe.*

### **VOTO DE CONGRATULAÇÃO:**

#### **Pelo 25.º aniversário do Comando Regional da PSP.**

A Polícia de Segurança Pública teve as suas raízes nos Quadrilheiros instituídos pelo rei D. Fernando I em 12 de setembro de 1383.

El-Rei D. Luís, por decreto de 2 de julho de 1867 manda criar em todos os distritos do reino, um corpo de Polícia Civil na dependência dos respetivos governadores civis.

Em Angra do Heroísmo, a atividade policial teve início em 3 de junho de 1872 com a criação de um corpo de Zeladores Municipais que tinha por função vigiar, fiscalizar e manter a segurança da cidade.

Em 1878, e por força da aplicação da Lei de 2 de Julho de 1867, que criava o Corpo de Polícia Civil em Lisboa e Porto, e do seu artigo 32.º que estendia esta obrigação a todos os distritos do reino, a Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo delibera a criação do Corpo de Polícia Civil.

A Polícia Civil era responsável pelo policiamento de todo o distrito (capital, concelhos e freguesias das ilhas Terceira, São Jorge e Graciosa) e estava sob a direta dependência do Governador Civil de Angra do Heroísmo, cargo ocupado na altura da criação desta força de segurança por António da Fonseca Carvão Paim da Câmara, Barão do Ramalho.

Os registos relativos à história e composição do Corpo de Polícia Civil do Distrito de Angra do Heroísmo desde a data da sua formação até 1929 perderam-se num incêndio ocorrido no arquivo da Junta Geral.

Sabe-se que em 1929 existia um Comissariado da Polícia Civil de Angra do Heroísmo liderado pelo Comissário António Maria da Silva Mendes e composto por um Chefe de Esquadra, cinco Cabos de Esquadra e 36 Guardas.

Em 30 de Junho de 1930, por Decreto 18441 de 11 do mesmo mês, este Comissariado passou a ser constituído por uma Secção Administrativa e uma Secção Policial.

Em 15 de Novembro de 1932 é publicado em Ordem de Serviço o Decreto 21769 de 25 de Outubro de 1932 que cria o Comando Distrital de Angra do Heroísmo. Foi seu primeiro Comandante, o Capitão José Coelho Borges.



Em 1939, o distrito de Angra do Heroísmo contava já com um efetivo policial de 64 elementos, sessenta com funções policiais e quatro adstritos ao secretariado.

O aumento da população e o desenvolvimento socioeconómico do Distrito de Angra do Heroísmo ditaram a necessidade de reajustar os efetivos policiais. O crescimento urbano, o desenvolvimento da rede viária e o aumento da pequena criminalidade obrigavam a um maior esforço para garantir a manutenção da ordem pública.

Assim, em 1977, o Decreto-Lei n.º 154/77 de 14 de Abril contemplava a necessidade de aumentar os efetivos policiais dos comandos insulares, estabelecendo a nova constituição do Comando Distrital de Angra do Heroísmo. Este deveria ser composto por 348 elementos de entre pessoal policial de ambos os sexos e pessoal civil.

A primeira referência à existência de Comandos Regionais nos Açores surge na Lei Orgânica da PSP aprovada pelo Decreto-Lei 151/85 de 9 de Maio, a qual configurava a existência não de um, mas de três Comandos Regionais nos Açores subordinados ao Comando Geral, até então designados de Comandos Distritais.

Os três Comandos Regionais existentes eram os seguintes: Comando Regional de Ponta Delgada, abrangendo as ilhas de São Miguel e Santa Maria, Comando Regional da Horta, abrangendo as ilhas do Faial, Pico Flores e Corvo e Comando Regional de Angra do Heroísmo, abrangendo as ilhas da Terceira, Graciosa e São Jorge.

Também a sucessiva Lei Orgânica da PSP, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 321/94 de 29 de Dezembro compreendia esta organização, mas em 1999 tudo mudou e passou a existir apenas um Comando Regional denominado Comando Regional dos Açores, passando a ter na sua dependência os três anteriores comandos, agora designados de Comandos Equiparados a Comandos de Polícia, com sede em Ponta Delgada, Horta e em Angra do Heroísmo, mantendo a mesma abrangência que possuíam até então conforme a Lei Orgânica da PSP aprovada pela Lei 5/99 de 27 de Janeiro.

Com a atual Lei Orgânica aprovada pela Lei 53/2007 de 31 de Agosto, o Comando Regional dos Açores é o único Comando no Arquipélago, tendo-se extinguido os Comandos Equiparados a Comandos de Polícia, passando estes a designar-se de Unidades Operacionais de Polícia até à sua passagem a Divisões de Polícia, mantendo contudo a mesma área territorial.

Assim, a Divisão Policial de Angra do Heroísmo faz parte do Comando Regional dos Açores que tem a sua sede em Ponta Delgada.

O Dia do Comando Regional dos Açores comemora-se a 9 de Maio e no corrente ano de 2024 celebrou o seu 25.º aniversário.

O Comando Regional dos Açores engloba as Divisões Policiais de Angra do Heroísmo, Ponta Delgada, Horta e ainda uma Divisão de Segurança Aeroportuária e Controlo Fronteiriço.

A área de jurisdição da Divisão Policial de Angra do Heroísmo com Sede nesta cidade, abrange as ilhas Terceira, São Jorge e Graciosa.

Atualmente a Divisão Policial de Angra do Heroísmo comporta as seguintes esquadras: Esquadra de Angra do Heroísmo, Esquadra de Trânsito, Esquadra de Investigação Criminal e Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial (todas estas sedeadas na Sede da Divisão); Esquadra da Praia da Vitória (Concelho da Praia da Vitória); Esquadra dos Biscoitos (cuja área abrange freguesias dos dois concelhos, concretamente Serreta, Raminho, Altares, Biscoitos e

Quatro Ribeiras); Esquadra de Velas e Esquadra da Calheta, ambas em São Jorge, e Esquadra de Santa Cruz da Graciosa na ilha Graciosa.

O atual Comandante da Divisão Policial de Angra do Heroísmo é o Exmo. Sr. Subintendente Júlio José Costinha da Silva. Por sua vez, o atual Comandante do Comando Regional dos Açores da PSP é o Exmo. Sr. Superintendente Hélder Valente Dias.

A 21 de Agosto de 1980, o Comando da PSP de Angra do Heroísmo foi condecorado com a Medalha de Ouro de Serviços Distintos pela ação desenvolvida aquando do sismo de 1 de Janeiro do mesmo ano.

A Câmara Municipal da Praia da Vitória em 2020, por ocasião do 39.º aniversário da elevação da Praia da Vitória à categoria de cidade, atribuiu a Medalha de Mérito Municipal em Prata Vermeil aos profissionais da PSP representados pela Polícia de Segurança Pública pela ação desenvolvida aquando da pandemia da Covid-19.

Assim, os grupos municipais do Partido Socialista e da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) propõem, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, à Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária no dia 19 de junho de 2024, que seja aprovado um Voto de Congratulação ao Comando Regional da PSP pelo seu 25.º aniversário.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Comando Regional da PSP.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 19 de junho de 2024.

**Sr. d. m. Carlos Costa Neves** – Como é conhecido e acabou de ser lido, esta proposta foi assinada pelos dois grupos municipais e, naturalmente, apoiamos aquilo que assinamos.

De acordo com o debate que tivemos no nosso grupo municipal, revemo-nos no apoio à Polícia de Segurança Pública em atividade na ilha Terceira, particularmente no concelho de Angra do Heroísmo, mas não posso deixar de afirmar que este movimento constante de concentração das chefias de todas as áreas militares, militarizadas, policiais e judiciais, para não falar das universidades e de outras instituições, merece um grande repúdio da nossa parte. Não estamos de acordo com esta concentração sucessiva do poder em Ponta Delgada, no caso concreto, desta revisão feita em 1999.

A filosofia no início do estabelecimento da autonomia na região autónoma dos Açores, tendo como partida os três ex-distritos autónomos, era que o bem e o mal fossem divididos pelas aldeias e não a favor da criação não legal de uma capital em Ponta Delgada, como foi acontecendo a partir de 1996; atribuo portanto, parte desta culpa a quem assumiu responsabilidades políticas na região autónoma dos Açores entre 1996 e 2020.

Acho inaceitável o que acabou por acontecer. Não me revejo minimamente neste encaminhar da autonomia e para além de uma frustração e revolta, sinto que nos tempos do seu lançamento e embora involuntariamente, não fui sério com os meus concidadãos. Esta não foi a autonomia que andei a transmitir aos açorianos em 1976, 1977, 1978, 1979 e por aí fora.

Fui um dos que aprovou nesta mesma sala, que os Serviços Municipalizados de Eletricidade de Angra do Heroísmo fossem integrados na EDA (Empresa de Eletricidade dos

Açores) e já nessa altura não se ia no sentido de concentrar todo o poder e a sede da empresa na cidade de Ponta Delgada. Depois da EDA, mais recentemente a «Portos dos Açores» passou também a ser dirigida a partir de Ponta Delgada. Não se trata de bairrismo, apenas recorro que isto não corresponde ao projeto inicial.

Voltando atrás no tempo, como não gosta de dizer o senhor deputado José Miguel Toste, por vezes interrogo-me acerca do que poderemos fazer e penso muitas vezes no tal lema que já utilizei aqui hoje: «Antes de morrer livres que em paz sujeitos». Olho muitas vezes para a bandeira dos Açores e vejo nove estrelas do mesmo tamanho e da mesma cor, dou comigo a pensar na equidade e em promessas feitas e não foi para isto que tanto se lutou durante muitos na defesa da autonomia dos Açores.

Acho que é preciso uma inversão de marcha e atuar de outra maneira, palavras de um membro da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo que assume pessoalmente toda a sua intervenção, que não é do grupo municipal da Coligação (PSD – CDS-PP – PPM), é de um cidadão que pensa «antes morrer livre que em paz sujeito».

**Sr. d. m. Luís Soares** – Tinha que intervir por maioria de razão porque, durante mais de trinta anos da minha vida profissional, ouvi o enquadramento histórico que consta neste voto, em tudo o que eram discursos do Comando Regional da PSP.

Na sequência da intervenção do senhor deputado Carlos Costa Neves, não há dúvidas que esta mudança da orgânica da PSP a nível regional trouxe prejuízos para aqueles que deixaram de ter comandos regionais. Passámos a ser a Divisão Policial de Angra do Heroísmo, que ao nível da hierarquia é comandada e bem por um Subintendente, com toda a competência que lhe reconheço, enquanto o Comando Regional está sediado em Ponta Delgada e é chefiado por um Superintendente. Ao nível da influência junto da Direção Nacional e nas reuniões de comando não está presente o Subintendente Costinha, está o Superintendente Hélder Dias, comandante regional que, por uma questão natural de fixação onde passa a maior parte do tempo, tem conhecimento de uma realidade que é micaelense e não açoriana.

Na altura opusemo-nos a esta mudança e eu mais ainda porque tinha responsabilidades ao nível sindical. O Comando Regional dos Açores é equiparado ao Comando Metropolitano de Lisboa e do Porto e nós fazemos parte de outra realidade, até pela nossa descontinuidade territorial.

Estou ao lado do senhor deputado Carlos Costa Neves pelo que disse e não tenhamos dúvidas também ao nível da distribuição de meios, porque é o Comando Regional que os solicita à Direção Nacional. Quando chegam aos Açores, esses meios concentram-se em Ponta Delgada e a partir dali é que são distribuídos para o resto do arquipélago. Mesmo não sendo a mais necessitada, a maior parte dos meios ficará sempre em Ponta Delgada.

Esta é uma visão um bocadinho retrógrada e balizada de uma realidade regional arquipelágica porque os meios e as forças de segurança, de defesa, de prestação de auxílio e de socorro devem ser distribuídas por todo o arquipélago. Para colocarmos um dispositivo

noutra ilha, estamos dependentes de meios aéreos ou marítimos e é preciso que as condições atmosféricas o permitam. Opusemo-nos na altura e continuamos a achar que se tratou de um pensamento centralista e não regional, mas nacional.

O Voto de Congratulação pelo 25.º aniversário do Comando Regional da PSP foi aprovado por unanimidade. (47/2024/AMAH).

## **2.10 – Voto de Pesar pelo falecimento de José Gabriel Coelho Gil. Para votação do órgão deliberativo por escrutínio secreto.**

A senhora deputada municipal Marília Vargas procedeu à leitura do voto em epígrafe.

### **VOTO DE PESAR:**

#### **Pelo falecimento de José Gabriel Coelho Gil.**

José Gabriel Coelho Gil nasceu a 5 de outubro de 1935 na freguesia de São Pedro, Angra do Heroísmo e faleceu no passado dia 13 de junho com 89 anos.

O doutor José Gabriel Coelho Gil, conhecido com o nome clínico de doutor Coelho Gil, frequentou a Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, tendo concluído a licenciatura em 1962.

Em 1972, concluiu a especialidade em Cardiologia nos hospitais da Universidade de Coimbra, tendo sido assistente da referida universidade de 1969 a 1972, data em que regressa a ilha Terceira.

Em outubro de 1979, cria o primeiro Serviço de Cardiologia dos Açores sediado no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira e mais tarde, a Unidade de Cuidados Intensivos de Cardiologia.

Foi seu Diretor do Serviço até 2005, data em que passou à situação de aposentado.

Exerceu as funções de Diretor do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira no período de 1978 a 1982.

Integrou a Comissão Instaladora da Escola de Enfermagem de Angra do Heroísmo, foi vogal do Conselho Distrital dos Açores da Ordem dos Médicos e delegado da Sociedade Portuguesa de Cardiologia para os Açores.

Organizou e participou em vários eventos científicos regionais, nacionais e internacionais relacionados com as doenças cardiovasculares, sempre com a preocupação de dar e partilhar conhecimentos interpares e recolher conhecimentos e experiências para melhorar a qualidade do serviço e dos cuidados prestados.

Ao longo da sua vida, o doutor José Gabriel Coelho Gil foi um cidadão ativo, participativo, responsável e empenhado, um humanista sempre dedicado e interventivo na melhoria dos cuidados de saúde às populações, nomeadamente em ações e programas que contribuíssem para a diminuição da mortalidade dos açorianos por doenças cardiovasculares.

Em 2012, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma de Açores, nas cerimónias do Dia da Região, atribuiu-lhe a Insígnia Autónoma de Mérito Profissional.

Os grupos municipais do Partido Socialista e da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) propõem à Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária no dia 19 de junho de 2024 e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, um Voto de Pesar pelo falecimento do doutor José Gabriel Coelho Gil. Deste voto deverá ser dado conhecimento à esposa e filhos e também ao Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 19 de junho de 2024.

*O Voto de Pesar pelo falecimento de José Gabriel Coelho Gil foi aprovado por unanimidade após votação por escrutínio secreto. (48/2024/AMAH).*

### **2.11 – Pronúncia, por iniciativa própria, para a urgência na requalificação do troço da Estrada Regional encerrado em Angra do Heroísmo entre o Cabo do Raminho e a Mata da Serreta.**

**Sra. d. m. Luísa Barcelos** – Agradecemos mais uma vez a inclusão deste ponto na Ordem de Trabalhos. Este documento que passo a apresentar foi visto e trabalhado pelos grupos municipais da Assembleia Municipal.

Angra de Heroísmo e a ilha Terceira no geral vivem há cerca de dois anos numa crise sísmica que, por via dos impactos da sua sismicidade, tem colocado em causa a coesão social e territorial devido ao encerramento temporário de um troço de Estrada Regional entre o Cabo do Raminho e a Mata da Serreta, que urge agilizar procedimentos para a sua rápida requalificação em razão da retoma da circulação de pessoas e bens em segurança, assim como por razões de socorro e prestação de auxílio à população residente na zona noroeste da ilha.

Desde junho de 2022 até à data de hoje, tem-se assistido a uma crise sísmica na ilha Terceira centrada na zona do vulcão de Santa Bárbara que, atendendo à sua evolução, se encontra acima dos valores normais de referência, manifestada por fases mais intensas e outras menos intensas de atividade sísmica, tendo sido elevado o sistema de alerta para V2, possível reativação do sistema, sinais de atividade moderada, de acordo com o CIVISA (Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores).

Esta crise tem afetado de forma mais significativa a população a noroeste da ilha Terceira, particularmente desde 14 de janeiro, dia em que o impacto do sismo de magnitude 4,5 na Escala de Richter espoletou várias derrocadas em terra que levaram ao corte do troço de Estrada Regional N.º 1-1ª localizada na zona do Cabo do Raminho e da Mata da Serreta, além da queda de paredes de pedra em terrenos agrícolas num total de cerca de 20 565 m<sup>2</sup> de muros de suporte e divisão das parcelas.

A interrupção deste troço foi decidida, pela instabilidade dos taludes e eventual recorrência de quedas descontroladas de blocos rochosos, pelas entidades públicas competentes pela matéria por forma a garantir a total segurança de pessoas, o que obrigou à circulação provisória e precária por uma via secundária.

Em todo este processo de acompanhamento da crise sísmica, tem havido articulação entre as autoridades locais e regionais, assim como um esforço para a divulgação e esclarecimento

junto da comunidade local através de sessões de informação nas freguesias mais afetadas, como os Altares, o Raminho, a Serreta, as Doze Ribeiras e Santa Bárbara.

O apoio ao CIVISA tem sido reforçado pelo Governo Regional e pela Câmara Municipal por forma a assegurar uma monitorização mais completa, rápida e fidedigna dos indicadores relacionados com a atividade sísmica, a formação crostral, a composição química e o fluxo dos gases ao nível das emanações gasosas e das águas. Do mesmo modo, tem havido um empenho para criar unidades locais de proteção civil nas freguesias mais afetadas e para melhorar o sistema de comunicações em todo o concelho de Angra e Heroísmo.

Em janeiro de 2024, o Laboratório Regional de Engenharia Civil elaborou um relatório de avaliação das condições de estabilidade da Estrada Regional N.º 1-1ª, no qual refere a instabilidade geomorfológica do local, que estava já sinalizado como crítico à ocorrência de processos de instabilidade geomorfológica decorrentes de outros fatores desencadeantes, pelo que o risco já era existente.

A Junta de Freguesia do Raminho tem alertado para a necessidade de uma intervenção para a queda de pedras e vegetação naquela via. Em abril de 2024, precedeu-se à limpeza de cumeira na encosta do talude superior à Estrada Regional, sendo que o Governo Regional dos Açores afirmou que nesse mesmo mês ia avançar com a melhoria das condições de segurança e circulação no caminho alternativo e lançar o concurso de conceção-construção para a empreitada de reposição das condições de circulação na Estrada Regional.

Este troço regional é uma via de acesso fundamental para as freguesias da costa noroeste da ilha Terceira, mais distantes dos centros urbanos da ilha, pelo que o encerramento temporário tem reflexos no quotidiano da população residente, como seja ao nível do transporte terrestre de pessoas, desde logo a comunidade escolar, assim como de bens e correspondência.

Recentemente, o exercício «Touro 24» que se realizou na ilha Terceira no início do mês de junho para testar a capacidade de resposta dos diversos agentes de proteção civil perante um cenário sismo vulcânico, revelou ser essencial na demonstração da necessidade dessa via como um acesso estratégico de socorro e prestação de auxílio à população num eventual cenário de evacuação. Assim, urge avançar com o concurso de conceção-construção para a empreitada de reposição das condições de circulação na Estrada Regional, salvaguardando a segurança de pessoas e bens.

Face ao exposto, à luz da alínea n) do artigo 2.º do seu regimento, a Assembleia Municipal de Angra de Heroísmo, reunida em sessão ordinária a 19 de junho de 2024, entende ter chegado o momento de exortar o Governo Regional dos Açores para agilizar os procedimentos administrativos e contratuais necessários e urgentes para avançar com a empreitada de reposição das condições de circulação na Estrada Regional N.º 1-1ª no troço entre o Cabo do Raminho e a Mata de Serreta.

Da presente pronúncia deverá ser dado conhecimento à presidência do Governo Regional dos Açores e aos seus departamentos com tutela sobre os transportes e proteção civil, assim como à ANAFRE e à AMRAA.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 19 de junho de 2024.

**Sra. d. m. Luísa Barcelos** – Esta pronúncia foi objeto de negociação e de redação que será depois vertida na sua redação final; ainda assim, não ficaria com a minha consciência tranquila se não dissesse que esta tem sido uma reivindicação e um apelo da Junta de Freguesia do Raminho nos últimos 15 anos, sem que o Governo Regional tenha encetado qualquer ação, sendo certo que estamos a viver um momento extraordinário na democracia e na autonomia com um orçamento a duodécimos por cerca de seis meses. Espero sinceramente que esta solução seja conseguida com a publicação do Plano e Orçamento para 2024.

**Sr. d. m. José Toste** – O grupo municipal do Partido Socialista nada tem a replicar quanto ao conteúdo desta proposta, cuja redação foi feita em conjunto por ambos os grupos municipais de forma a garantir a unanimidade da parte desta Assembleia Municipal. Aderimos à totalidade da redação nos termos em que foi apresentada mas, extra voto, somos obrigados a tomar uma posição, lembrando o histórico da interrupção daquela via e a situação do acesso alternativo.

No final do mês de março, o grupo parlamentar do Partido Socialista deslocou-se ao Raminho acompanhado pelo senhor presidente da Câmara Municipal, que manifestou disponibilidade para repetir a visita com outros grupos parlamentares. No seguimento desta visita, houve uma reação por parte do Governo Regional no sentido de, durante o mês de abril, iniciar obras na via alternativa, prevendo também lançar no mesmo mês, o concurso para o projeto de recuperação de toda a zona do Raminho, incluindo a via principal que ficou extremamente afetada pela crise sísmica de janeiro passado.

Passados dois meses, estamos a ter uma discussão nesta Assembleia Municipal respeitante a um compromisso público do Governo Regional em iniciar em abril, obras na via alternativa e lançar o procedimento concursal para a via principal, o que não foi feito durante esse mês nem nos seguintes.

O Partido Socialista defende o asfaltamento da via alternativa, enquanto o Governo Regional entende que as obras devem ser de limpeza geral do caminho, desmatagem e corte de árvores em zonas de estreitamento da via, alargamento da via em zonas pontuais, melhoria do sistema de drenagem existente, construção de valetas, construção e melhoria de poços absorventes, construção de passagens hidráulicas, construção de valetas de serventia em caminhos de terra com encaminhamento para poços ou valetas, colocação de guardas metálicas, colocação de sinalização vertical de orientação e de delineadores refletivos.

É esta a listagem dos trabalhos que o Governo Regional se propunha fazer na via alternativa em abril, o que não fez até hoje, havendo no entanto a notícia que foi já lançado um ajuste direto e estão a ser desencadeados os procedimentos concursais para obras na via alternativa, que não aconteceram até hoje.

O que é mais problemático e nos leva a aderir de forma total e aberta a esta proposta aqui apresentada, são as declarações do senhor Diretor Regional das Obras Públicas, que veio dizer em público que a reabertura da via estaria prevista para 2026, ou seja, estamos a falar

de um procedimento concursal que deveria ter sido lançado em abril e vamos com dois meses de atraso; entretanto, foram tornadas públicas, notícias que estão a ser fechadas as peças do procedimento para se lançar um concurso, a reabertura da estrada principal está prevista lá para 2026, a via alternativa não será objeto de qualquer asfaltamento e prevê-se assim que a situação que a população da ilha Terceira vive neste momento, se mantenha por mais dois anos.

Além de ter sido dito que se avançaria com procedimentos e obras em abril, o que acabou por não acontecer, o lançamento de um procedimento conceção-construção implica que haja já uma solução. Não tenhamos ilusões a respeito da ideia que o LREC (Laboratório Regional de Engenharia Civil) avaliou várias possibilidades e vai agora ser lançado um concurso público em que o empreiteiro é que vai decidir qual a solução, mas não é assim. Num concurso de conceção-construção, a conceção é para conceder o projeto de execução de uma solução que já está pensada; pode ser uma vala, um muro de contenção ou um semi-túnel, mas até hoje desconhece-se a solução que está projetada.

Não nos deve bastar mas é um passo significativo, exortar o Governo Regional para lançar um procedimento e precisamos de saber o que está projetado para o Raminho. É necessário que a intervenção esteja concluída antes de 2026 porque temos aquela estrada encerrada desde janeiro deste ano.

O que se tem dito até ao momento é que não se pode avançar com qualquer empreitada até ao final da crise sísmica. Agora existe o compromisso de uma data, não há certezas se é possível avançar com a empreitada durante a crise sísmica e toda a gente vai ter que aprender a viver com esta situação.

Não podemos adiar mais o início de uma solução de empreitada para aquela zona, o que nos leva a aderir de forma total e sem quaisquer subterfúgios à proposta que foi aqui apresentada. Não podemos ser condescendentes com a ideia de que aquela via só será aberta à circulação em 2026 sem que seja asfaltada a via alternativa, a única solução que poderá tolerar a espera da abertura da Estrada Regional daqui a dois anos.

**Sr. d. m. Carlos Costa Neves** – O nosso entendimento é que este debate se fez no Período de Antes da Ordem do Dia, em que toda a gente prestou os esclarecimentos que entendeu, e agradecemos ao senhor presidente da Câmara por nos ter feito um relatório quase detalhado da situação.

Uma primeira apresentação feita na reunião de Conferência de Líderes levou-nos a considerar que se tinha que tomar uma posição, porque é importante que estas questões sejam resolvidas e os objetivos atingidos. Esta pronúncia não parte deste ou daquele grupo municipal e só vale a pena apresentá-la à Mesa para uma deliberação se tivermos a garantia que resulta num compromisso que envolva todos os membros desta Assembleia Municipal.

Manifestamos a expectativa de que, ao contrário do que acontece com o Comando Regional da PSP, a questão do troço da Estrada Regional entre as freguesias do Raminho e da Serreta seja entendida também noutros lados como a entendemos aqui.



**Sr. presidente da Câmara** – É mais importante aquilo que nos une, do que aquilo que nos divide e, da parte da Câmara Municipal, vemos com muito bons olhos a apresentação desta pronúncia.

O estado em que está a Estrada Regional entre o Raminho e a Serreta é uma grande preocupação para a Câmara, particularmente face a uma eventual necessidade de movimentação rápida de pessoas entre os dois lados do troço que está cortado. Não é compreensível que se espere tanto tempo e se anuncie que a estrada estará transitável apenas daqui a dois anos, por isso é importante que esta Assembleia se pronuncie.

Parafraseando a senhora Angela Merkel – que era mais da vossa cor política – quando alguém concorre a um qualquer cargo político, é bom que saiba antecipadamente o que o espera e tenha as soluções para os problemas que vai encontrar. Isto de estarmos constantemente a atirar as culpas para os vinte anos em que os outros governaram, é um discurso que já não colhe; poderia ter colhido nos primeiros quinze dias e já com alguma dificuldade no segundo mês, mas não vale a pena continuarmos nisso um mandato depois.

Todos temos responsabilidades e um percurso e é bom que, da parte da Coligação, assumam de uma vez por todas que são Governo, estão aí para resolverem os problemas e não para andarem a choramingar sobre o que os outros fizeram ou não fizeram, até porque, o que foi feito, foi muito bom. A seguir ao sismo de 1980, foi feita por um Governo da vossa cor política, uma excelente obra que chegou aos nossos dias. É verdade que havia alguns problemas e caía uma pedra aqui e ali, mas a solução funcionou no global e acho que devemos mostrar a nossa gratidão ao Governo de então, em particular aos técnicos que tiveram a coragem de resolver o assunto rapidamente e em força o que, infelizmente, nos está a faltar neste momento. Mesmo que não se opte por uma solução final que nos garanta cem anos de estrada, ficaremos muito felizes com mais 44.

É preciso ter a coragem de agir e assumir os riscos que são inerentes a quem governa. Creio que a solução desejável seria o semi-túnel, mas também sei o custo e o tempo que isso demora e não será aceitável que aquele troço fique encerrado por muito mais tempo. Veja-se a rapidez com que se resolveu o acesso à Ribeira Quente em São Miguel, uma situação bem pior do que aquela em termos morfológicos, assim como se tem resolvido também o acesso à Povoação. Espera-se que, pelo menos se aja com o mesmo grau de coragem e decisão e aí voltamos aos 25 anos do Comando da PSP.

Parece que estamos em dois arquipélagos diferentes com dois governos diferentes e vivemos em dois mundos diferentes. Se bem entendi das declarações do senhor Diretor Regional e da senhora Secretária Regional na fase inicial do processo, preparavam-se para asfaltar o troço. No estado em que está, dadas as suas inclinações e o facto de a drenagem ser naturalmente deficiente devido à morfologia do terreno, não é compaginável com a manutenção de um piso em bagacina, que é preciso ser repostado cada vez que chove, e não existem meios para o fazer de forma rápida.

O piso em bagacina tem graves problemas no caso de ser precisa uma travagem de emergência. Todos já conduziram em estradas desse tipo, por isso sabem o que estou a dizer.

Estava convencido que aquele troço iria ser asfaltado tão rapidamente quanto possível, apesar de aquela solução não servir de alternativa numa situação de emergência porque não tem o traçado e as inclinações, nem a capacidade de transporte que precisamos.

Esta é uma realidade inelutável e é preciso tomar medidas de urgência para se resolver o problema do acesso entre o Raminho e a Serreta. Se não for a ideal, ao menos que haja uma solução. Às vezes o ótimo é inimigo do bom e já me contentaria com o suficiente.

Temos que assumir uma visão pragmática das coisas. Tal como se tem feito noutras circunstâncias e noutras ilhas em função de situações com um elevado grau de semelhança, está na altura de se tomar medidas mínimas de desimpedimento daquela via. Depois e a devido tempo, havendo os meios e as condições, que se faça uma obra maior e definitiva. Até lá, não me parece racional que fiquemos à espera do ótimo, correndo sérios riscos com aquilo que temos.

Já agora, e embora não tenha a ver com esta proposta, a situação do Pico da Bagacina também me preocupa porque nunca mais pararam de cair coisas ali desde o sismo de janeiro. Aquela zona ficou também muito instável e qualquer dia poderemos ter um seríssimo problema naquele troço.

Sei que o Governo Regional não pode construir um semi-túnel para a semana que vem, mas façamos qualquer coisa que seja suficiente para garantirmos a segurança das populações daquele setor da ilha. Não podemos continuar com o que ali está e não me parece aceitável anunciar-se a abertura da estrada para o ano 2026.

Apoiei e continuo a apoiar a posição que o Governo Regional tomou naquela altura, porque me pareceu adequada, e este anúncio recente deixou-me claramente dececionado porque estava à espera de outra energia e outra capacidade para se resolver os problemas. O grupo municipal da Coligação tem toda a minha solidariedade na proposta que apresenta e merece todo o apoio da Câmara Municipal, contudo é preciso também dizer isto.

**Sr. d. m. Carlos Costa Neves** – Quando disse que o essencial da discussão tinha acontecido no Período de Antes da Ordem do Dia, que me pareceu o melhor momento para incluir um novo ponto na Ordem de Trabalhos, com todas as posições que aqui foram tomadas e o pontapé de saída deste grupo municipal, pensei que não seria preciso entrar muito mais nestas questões.

A discussão com muita veemência e a pressa que pedimos para a solução provisória não nos ajuda na solução definitiva. Estamos fartos de ver provisórios/definitivos, portanto é preciso muito cuidado com soluções provisórias e não pretendo discutir questões técnicas, se é preciso pôr alcatrão ou construir paredões. Se o Governo Regional não é sensível à enorme urgência desta questão, através desta mensagem política, nós emprestamos-lhe essa sensibilidade, chamamos à atenção e dizemos que isto precisa de ser feito.

Em vez de entrarmos noutras discussões e argumentos que me levem a dizer que parece que vamos ter um mercado municipal em Angra do Heroísmo cujo projeto dura, pelo menos, há três mandatos do senhor presidente da Câmara, e se o grupo parlamentar do Partido

Socialista não tivesse chumbado o orçamento de 2023, provocando eleições antecipadas, não teríamos chegado ao ponto a que chegámos, prefiro desejar que tenham as maiores felicidades com a versão César 2.0.

Dá a impressão que vamos repescar estes detalhes e coisinhas para nos separarem quando, afinal, estamos todos juntos quanto à reparação urgente desta estrada e defendemos que as coisas têm que ser feitas. Parece que andamos à procura da vírgula, dos dois pontos e do ponto e vírgula para encontrarmos não sei o quê. Concordámos com o que aqui está, o documento é tão nosso como vosso e por mim, basta, embora todos tenhamos liberdade para intervir.

**Sra. d. m. Luísa Barcelos** – Intervenho apenas porque fui visada diretamente pelo senhor presidente da Câmara. Utilizando os exemplos que referiu, é mais o que nos une do que aquilo que nos separa e quanto ao sismo de 1980, foi o Governo de Mota Amaral que arranjou. Tenho lutado para que este Governo da Coligação resolva definitivamente a questão do caminho e assim como na Ribeira Quente, este Governo é que tem vindo a resolver após uma inação dos Governos sucessivos do Partido Socialista, que não resolveu.

Parafraseando também alguém conhecido, acima da social-democracia, está a democracia e acima da democracia, o povo português. É e será sempre este o busílis que nos separa, mas o objetivo aqui é a discussão desta pronúncia, que me parece unânime, e espero ver aprovada nesta Assembleia para que surta efeitos na resolução de um problema sentido numa zona importante da nossa ilha Terceira.

**Sr. d. m. José Toste** – É natural que haja algo que nos separe mas existe também uma pronúncia que nos uniu; no entanto, após a leitura de um texto que era absolutamente consensual, foi aberta uma janela para que a discussão se agarrasse àquilo que não é consensual. Aberta essa janela, não podemos deixar de frisar que foi o Governo Regional que se comprometeu ao arranjo da via alternativa e ao lançamento do procedimento concursal para a reparação da via principal até ao final do mês de abril; não nos deixemos enganar, porque é isto que está por detrás desta pronúncia. Se a obra na via alternativa e o lançamento do procedimento concursal tivessem avançado em abril, não seria necessária esta pronúncia da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

O que despoleta são as visões distintas das expectativas dos grupos municipais desta Assembleia, que foram defraudadas face às declarações do Governo Regional quando, passados dois meses, não se iniciou a obra na via alternativa, nem foi lançado qualquer procedimento concursal para a via principal. Mesmo que as obras tivessem sido iniciadas, haveria sempre uma diferença entre a visão desta Assembleia e o entendimento do Governo Regional, daí a necessidade da chamada de atenção para o facto de a abertura da via principal estar prevista apenas para 2026, portanto, daqui a dois anos. Os angrenses não aceitam ter o concelho partido em dois durante dois anos.

Por detrás desta pronúncia existe uma união, ou seja, a ideia de que não podemos esperar até 2026 pela abertura da via principal. O Partido Socialista reclamou por uma

melhoria no caminho alternativo e houve um compromisso do Governo Regional em melhorá-lo durante o mês de abril. Não é o PS que tem interesse nessa melhoria, são as pessoas que utilizam aquela via alternativa todos os dias com os seus veículos para se deslocarem para os seus locais de trabalho e quem se vê obrigado a utilizar os transportes públicos de passageiros. As pessoas têm sido lesadas durante todos estes meses, por isso reclamam publicamente perante a expectativa de terem que esperar mais dois anos e clamam por uma solução.

A espera de dois anos pela abertura da via principal só será aceitável se a via alternativa for asfaltada, já que será sempre necessária como redundância à Estrada Regional para acesso ao Raminho. Mesmo que seja implementada uma solução técnica naquele troço que está interrompido, é sempre exigida uma via alternativa redundante, daí considerarmos importante o seu asfaltamento.

Se me dissessem que haveria uma solução para a via principal para daqui a seis ou sete meses, seria desnecessário estarmos aqui a discutir uma solução para a via alternativa. Se não se pretende investir na via alternativa, então deve-se optar por uma solução que permita a abertura da via principal num horizonte temporal máximo de seis meses, havendo depois tempo para se planear soluções definitivas.

Não podemos esperar pela solução ideal para a estrada principal sem que haja uma intervenção na via alternativa. Penso que isto é consensual entre os grupos municipais e a divisão decorre de uma visão distinta entre as legítimas ambições e perspetivas da população do concelho de Angra, que é representada nesta Assembleia Municipal, e a visão do Governo Regional em protelar ao máximo uma solução para esta população.

**Sr. d. m. Carlos Costa Neves** – Congratulo-me pelo facto de, pela primeira vez desde que faço parte desta Assembleia Municipal e em experiências anteriores, aparecer uma proposta para uma pronúncia por iniciativa própria e espero que haja muitas mais. Durante o debate de hoje surgiu mais uma questão que talvez nos possa mobilizar a todos, que é o acesso alternativo ao Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira. Congratulo-me mais uma vez por estarmos a contribuir para a defesa dos legítimos interesses daqueles que nos elegeram.

*A Assembleia Municipal pronunciou-se por unanimidade sobre a proposta constante do Ponto 2.11, que será remetida ao Governo Regional e restantes entidades partes interessadas. (49/2024/AMAH).*

*A senhora deputada municipal Rita Belo Santos, na qualidade de presidente da Mesa em exercício, procedeu à leitura da minuta das deliberações que foi aprovada por unanimidade.*

**Sr. presidente da Câmara** – Pedi a palavra para desejar a todos umas boas festas Sanjoaninas, convidando-vos a estarem presentes nos eventos que estão agendados. Os senhores membros da Assembleia serão sempre bem-vindos, independentemente de

receberem ou não um convite explícito, porque às vezes não é fácil enviá-lo a todos. Boas Sanjoaninas a todos.

**Sra. presidente da Mesa** – Agradeço a todos pela solidariedade e compreensão, mesmo nas decisões mais polémicas, nesta sessão que foi um pouco diferente do habitual. Desejo a todos umas boas Sanjoaninas e um bom verão. Na próxima sessão já teremos connosco o nosso presidente Domingos Cunha. Muito obrigada.

*Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 16h20 min do dia 19 de junho de 2024, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pela presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo em exercício.*

A presidente da Mesa em exercício

---

Rita Belo Santos